

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA Nº 32/01
DE 13/12/2001**

ACTA N.º. 32/2001

Data da reunião ordinária: 13/12/2001

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 09,30 horas

Intervalo: das 11,10 horas às 11,50 horas

Términus da reunião: 12,45 horas

Resumo diário da Tesouraria: 12/12/2001194.856.183\$00

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: José Miguel Correia Noras

Vereadores: Eng.º Hermínio Paiva Fernandes Martinho

Dr. Joaquim Adriano Botas Castanho

Dr.ª Maria da Graça Carvalho Vieira Machado Morgadinho

Vicente Carlos Flor Batalha

Eng.º António Freire de Oliveira

Eng.ª Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma

Dr.ª Rosa Maria Ferreira Mesquita Feliciano

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas: Prof. Doutor Engenheiro Luís Manuel Fé de Pinho

Faltas por justificar:

-----ABERTURA DA ACTA-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **nove horas e trinta minutos**.

--- A seguir, e depois de submetida, pelo senhor Presidente, à votação, foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do senhor Vereador Fé de Pinho à presente reunião. --

-----LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES-----

--- A) INFORMAÇÕES PRÉVIAS-----

--- Viabilidades susceptíveis de deferimento, nas condições expressas nos respectivos PARECERES técnicos -----

--- De **IMOBENS – CONSULTORIA E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS, LIMITADA**, com sede na Rua Professor Queiróz Veloso, número catorze, Município de Lisboa, solicitando aprovação para o seguinte:-----

--- **UM** – Informação prévia para instalação de equipamento social (Lar de Idosos), numa propriedade denominada Casal da Saúde ou Assacaias, freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, nesta Cidade; -----

---- **DOIS** – Considerar de interesse municipal a instalação do respectivo equipamento. -

--- Quanto ao ponto um o Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, prestou uma informação do seguinte teor: -----

--- *“Tendo em consideração os elementos complementares apresentados a pretensão reúne condições de viabilização, uma vez acautelado o reconhecimento por parte da Exma. Câmara do interesse municipal na construção deste equipamento (número cinco artigo sessenta e seis do Regulamento do Plano Director Municipal), devendo atender-se às seguintes preocupações: -----*

--- **UM** – *A viabilidade da proposta depende da garantia de que o requerente execute as infra-estruturas necessárias à materialização e funcionalidade do equipamento (número três do artigo sessenta e seis do Plano Director Municipal). -----*

--- **DOIS** – *A área de implantação da proposta não poderá ultrapassar os catorze por cento da área da propriedade. -----*

--- **TRÊS** – *Caso a pretensão tenha enquadramento na figura de equipamento, de apoio*

social a pessoas idosas, deverá cumprir-se no projecto de licenciamento com o despacho normativo doze/noventa e oito, de vinte cinco de Fevereiro, bem como ter em atenção o Decreto-Lei número cento e trinta e três-A/noventa e sete, de trinta de Maio.

--- QUATRO – O projecto de licenciamento será sujeito a parecer da Delegação de Saúde e Serviço Nacional de Bombeiros.-----

--- CINCO – O projecto deverá garantir o cumprimento dos aspectos de ordem regulamentar do decreto-lei número cento e vinte e três/noventa, de vinte e dois de Maio.-----

--- SEIS – Deverá considerar-se projecto dos espaços exteriores, elaborado por arquitecto paisagista.-----

--- SETE – Se a pretensão se enquadrar na figura de equipamento de turismo, deverá obter autorização prévia por parte da Direcção Geral do Turismo, e ter em atenção o Decreto Lei número cento e sessenta e sete/noventa e sete, de quatro de Julho, alterado pelo Decreto Lei número trezentos e cinco/noventa e nove, de seis de Agosto.”-----

--- Assim, quanto ao ponto um a Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão é viável, de acordo com a informação atrás transcrita;----

--- Em relação ao ponto dois, deliberou por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Vicente Batalha, considerar de interesse municipal a instalação do respectivo equipamento.-----

*--- De **PLACOMIM – PLANEAMENTO, COMÉRCIO E INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, SOCIEDADE ANÓNIMA**, com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, número noventa e quatro, terceiro direito, Município de Lisboa, solicitando informação prévia para realização de uma operação de loteamento, numa propriedade sita na Quinta da Amendoeira, no lugar de Perofilho, freguesia de Várzea, deste Município.-----*

--- O chefe da Divisão de Gestão Urbanística, informou o seguinte: -----

--- “Nas condições agora apresentadas e tendo em atenção o compromisso estabelecido no recurso apresentado, a pretensão reúne condições de viabilização, devendo ser

apresentado projecto de loteamento, em conformidade com as normas regulamentares (em vigor à data da sua apresentação) e instruído de acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aplicável (Decreto lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, alterado pelo Decreto Lei número cento e setenta e sete/dois mil e um, de quatro de Junho), devendo atender-se à seguinte preocupação: -----

--- Conforme definido na alínea i) do artigo onze do regulamento do Plano Director Municipal, a área de impermeabilização usada no cálculo do coeficiente de impermeabilização do solo (alínea o) do mesmo artigo) inclui arruamentos estacionamentos e passeios (outras infra-estruturas).” -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão é viável em face da informação atrás transcrita. -----

*--- **B) LOTEAMENTOS** -----*

*--- De **CONSTRUÇÕES JOSÉ VIEIRA, LIMITADA E CONSTRUÇÕES J.M. SILVA, LIMITADA**, com sede na Rua do Chouso, número nove, Chaínça, apresentando um estudo de loteamento para uma propriedade sita no lugar de Mergulhão, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade. -----*

*--- Pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi emitido um parecer do seguinte teor: -----*

--- “Os elementos apresentados correspondem a nova proposta de intervenção em propriedade classificada pelo Plano Municipal do Ordenamento do Território em vigor como urbanizável e espaço verde urbano de integração de infra-estruturas (próximo da Rua O). -----

--- A solução agora apresentada continua a corresponder à filosofia de intervenção preconizada nos artigos cinquenta e quatro a cinquenta e oito e setenta e um do Regulamento do Plano Director Municipal em vigor bem como com a Portaria número mil cento e oitenta e dois/noventa e dois, de vinte e dois de Novembro à semelhança da

proposta que mereceu a informação técnica de vinte de Março de dois mil (constante do processo). -----

--- Foi emitido parecer favorável por parte do Hospital Distrital de Santarém (área de intervenção dentro da servidão deste equipamento). -----

--- Aguarda-se parecer dos serviços de regulamentação e licenciamento aeronáutico (ANA, Aeroportos de Portugal, Sociedade Anónima). -----

--- Assim proponho a aprovação do projecto em apreço após obtenção de parecer favorável da ANA a emitir no âmbito do artigo doze do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro, ou na falta deste no prazo estabelecido no número oito do artigo acima referido, entender-se como emitido parecer favorável. -----

--- Deverá o promotor ter em consideração as seguintes preocupações: -----

--- Um – A área a destinar a equipamento de utilização colectiva, deverá ficar dotada das infra-estruturas necessárias à edificação de construção de dimensão relevante, a definir posteriormente pela Exm.^a Câmara;-----

--- Dois – Admite-se a possibilidade de incluir nas infra-estruturas referentes à execução dos espaços verdes de utilização colectiva, solução pouco onerosa (provisória) mas digna, para o “arranjo” da parcela a destinar a equipamento, (a definir em tempo oportuno pela Exm.^a Câmara), possibilitando-se assim a apropriação visual da solução volumétrica e caracterização arquitectónica virtuosa, esboçadas no projecto. -----

--- Três – Deverá o promotor apresentar documento de posse, actualizado e completo, possibilitando o reconhecimento da sua legitimidade para realizar a operação urbanística num terreno com nove mil duzentos e dez metros quadrados.” -----

--- Em tempo oportuno o interessado apresenta documento de posse actualizado com a área correcta.-----

--- Também pelo Departamento de Obras Municipais, foi informado o seguinte: -----

--- “Relativamente às redes de drenagem esquematizada na planta de síntese informamos que o projecto de infra-estruturas deverá prever à ligação da rede pluvial desta urbanização directamente na linha de água.”-----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do senhor Vereador Vicente Batalha, aprovar o presente estudo de loteamento, devendo o requerente apresentar os projectos das obras de urbanização no prazo de um ano.-----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** emitiu a seguinte **Declaração de Voto**: -----

--- “A minha Declaração de Voto é relativamente ao cruzamento das informações quer do Hospital, quer da ANA, Aeroportos de Portugal, Sociedade Anónima que põem algumas restrições relativamente ao alargamento do heliporto e à zona de aproximação que é a zona de maior risco de acidente.”-----

--- De **JOSÉ CARLOS COELHO COSTA**, residente na Praça Bernardino Machado, número onze – terceiro, Município de Lisboa, apresentando um estudo de loteamento para uma propriedade sita no lugar e freguesia de Romeira, deste Município.-----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, emitiu o seguinte parecer: -----

--- “De acordo com o parecer do Chefe Divisão de Gestão Urbanística, o presente projecto de loteamento traduz uma intervenção urbanística revestida de qualidade “referencial ao nível do enquadramento na estrutura edificada envolvente existente”, prevendo, até, a expansão do perímetro urbano para sul, o que terá fundamentado o traçado de uma via transversal no limite do perímetro urbano. -----

--- Sem querer retirar o mérito aos autores do projecto, devo, porém, informar que o projecto de loteamento não é rigoroso no modo como foi transposta a área do aglomerado urbano susceptível de ser urbanizada. -----

--- Em rigor, a parcela da propriedade situada dentro do perímetro urbano terá cerca de nove mil e quinhentos metros quadrados, no máximo, e corresponde a uma área urbana consolidada, cuja delimitação é bem definida na carta número quinze do Plano Director Municipal.-----

--- Por outro lado, as infra-estruturas existentes deverão ser reforçadas, designadamente no que respeita ao traçado e perfil dos arruamentos, os quais deverão possuir uma largura mínima de onze metros, a garantir nesta intervenção.-----

--- De notar, ainda, que o cálculo da área urbanizável e, sobretudo, da área impermeabilizável não estão devidamente apuradas, devendo esta última incluir todos os espaços pavimentados tais como arruamentos, passeios e implantação das construções, incluindo piscinas e anexos. -----

--- A utilização dos lotes onze e dezassete para edifícios de comércio é, não só incompatível com o disposto no artigo quarenta e dois do regulamento do plano director municipal, como incoerente com o perfil do arruamento que lhe dá acesso, o qual é inferior a sete vírgula cinco metros, como seria desejável de acordo com a portaria número mil cento e oitenta e dois/noventa e dois, de vinte e dois de Dezembro. -----

--- Em face do exposto, deverá a pretensão ser indeferida, com base no disposto na alínea a) do número dois do artigo treze do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro.” -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, indeferir o presente estudo, em face do parecer atrás transcrito. -----

OUTRAS DELIBERAÇÕES

--- Antes do início da apreciação dos temas constantes deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor **Vereador Vicente Batalha** proferiu a seguinte **Declaração de Voto**:

--- “Esta reunião foi marcada posteriormente à definição do calendário (seis, vinte de Dezembro/três de Janeiro) das reuniões de Câmara, no passado dia seis, em plena reunião do Executivo, com a justificação “a pedido dos técnicos”, expressão usada pelo senhor Presidente. -----

--- Sinceramente, a Coligação Democrática Unitária considera que, esta reunião, a pouco mais de vinte e quatro horas do encerramento da campanha eleitoral para as Autárquicas, sendo legítima, não é ética, é uma reunião “contra-natura”. -----

--- Porque, há muito, é do conhecimento de todos que me recuso a votar assuntos que não estudo nem leio, não posso em consciência pronunciar-me sobre quaisquer temas que não constassem da documentação para consulta e análise, posta à nossa disposição, quarenta e oito horas antes da reunião. Sendo este o entendimento e leitura da Coligação Democrática Unitária, força política que neste executivo represento, não participarei na discussão da Adenda, nem do primeiro ponto da Agenda/Ordem de Trabalhos, nem da atribuição de “Mérito Excepcional”, a não ser os constantes da proposta dos Serviços Municipalizados de Santarém e do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, que eram as únicas que constavam na documentação, na terça-feira, e que analisámos.-----

--- Tanto a Coligação Democrática Unitária, como o seu Vereador, pessoal e politicamente, entendem que o mandato deve terminar com dignidade, dentro de um espírito construtivo, comum e consensual, de forma digna, e na defesa exclusiva dos interesses do concelho de Santarém, que todos nos comprometemos a defender.-----

--- Se, na reunião anterior, chamámos a atenção do Executivo Municipal para esta situação, nas reuniões que faltam para a conclusão do mandato, não iremos ceder ou pactuar, com qualquer proposta extemporânea, não fundamentada, nem preparada. Em nome do prestígio e dignificação dos órgãos autárquicos, e na defesa do concelho de Santarém.” -----

--- **CONSTRUÇÃO DE UMA FONTE ORNAMENTAL NA ROTUNDA DO ENTRONCAMENTO DA ESTRADA DE SÃO DOMINGOS COM A AVENIDA MARQUÊS DE POMBAL – AJUSTE DIRECTO – RATIFICAÇÃO** –

Pelo Consultor Jurídico, Dr. Luís Morgadinho, foi presente a informação número cento e quatro, de vinte e seis do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Sobre o processo, acima, identificado, tal como foi solicitado, cabe informar, sucintamente, o seguinte: -----

--- Primeiro -----

--- Recentemente, pela nossa informação número noventa e sete, de vinte e dois de Outubro próximo passado, referente à construção de uma fonte ornamental na Rotunda

do Entroncamento da Estrada de São Domingos com a Avenida Marquês de Pombal, concluíamos que:-----

--- “... *tratando-se de uma fonte cibernética, nos termos adiantados pela Assessoria Urbanística, importa que se identifiquem, com clareza, as razões justificativas de ajuste directo com empresa que, no âmbito das fontes cibernéticas, detém a exclusividade de direitos.*”.-----

--- Agora, pela sua informação número cinquenta e seis, de seis de Novembro próximo passado, vem a Assessoria Urbanística remeter os elementos solicitados no tocante à exclusividade de direitos para a execução de fontes cibernéticas, questão que, como flui daquela nossa informação, se tem por essencial e fundamental para a aplicação do disposto no artigo cento e trinta e seis, número um, alínea b) do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março.-----

--- Nos termos deste dispositivo, admite-se o ajuste directo “*quando se trate de obras cuja execução, por motivos técnicos, artísticos ou relacionados com a protecção de direitos exclusivos, só possa ser confiada a uma entidade determinada.*”.-----

--- Cremos, por isso, à luz dos elementos relativos à detenção pela empresa “GHESA, INGENIERIA Y TECNOLOGIA, SOCIEDADE ANÓNIMA, SUCURSAL da patente da Fonte Cibernética.-----

--- A este respeito, junta-se “dossier” contendo documentos alusivos a:-----

--- patente de invenção número oito milhões setecentos mil e setenta e nove;-----

--- patente adicional número oito milhões oitocentos e dois mil trezentos e sessenta e um;-----

--- modelo de utilidade número nove milhões duzentos e dois mil e vinte;-----

--- declaração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.-----

--- Por outro lado, em informação número trezentos e doze – Departamento de Obras Municipais, de dezanove de Outubro, este Departamento informa que “... *o custo global para a execução desta obra é de cinquenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta mil e quinhentos escudos*”.-----

--- Por este valor, o concurso público ou limitado com publicação de anúncio (artigo quarenta e oito número dois do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março), era o procedimento aplicável. -----

--- Segundo -----

--- Naquela referida n/ informação, sustentámos que-----

--- “...no ordenamento jurídico português, vigora a regra de realização de concurso, como um elemento essencial, quando imposto por lei, garantindo-se a cumprimento de princípios fundamentais, como os da igualdade, concorrência e transparência da actividade da Administração. -----

--- Deste modo, a Lei (artigos cento e trinta e três, número um e cento e oitenta e cinco do Código do Procedimento Administrativo) comina com a nulidade a não realização de concurso. -----

--- Assim sendo, para não ser realizado concurso, exige a lei (como sucede nos casos do artigo cento e trinta e seis, número um do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março), que se verifiquem os pressupostos justificativos do ajuste directo.” -----

--- Ora, dado este enquadramento, importa ponderar a valia e a força dos elementos atinentes à empresa GHESA, quanto à verificação dos pressupostos que determinam o recurso ao ajuste directo.-----

--- A nosso ver, dúvidas não temos quanto à titularidade dos direitos da empresa GHESA, à luz do Código da Propriedade Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei número dezasseis/noventa e cinco, de vinte e quatro de Janeiro. -----

--- No seu Preâmbulo, dispõe-se que -----

--- “... o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de adaptação a novos enquadramentos institucionais e económicos foram determinando, ao longo dos anos, a publicação de vários diplomas que introduziram modificações ao Código. -----

--- Nos últimos anos, principalmente devido à adesão de Portugal à Comunidade Europeia e ao alargamento desta a países que com ela formavam o espaço económico

européu, e face ao acentuado desenvolvimento tecnológico e ao crescimento das actividades mercantis que se tem vindo a verificar, evidenciou-se também a necessidade de proceder a alterações mais profundas, designadamente em matéria de patentes e de marcas, de forma a satisfazer as directrizes comunitárias e as regras de harmonização internacional e compatibilizar a legislação portuguesa com os princípios da livre circulação de mercadorias e com o nível de protecção da propriedade industrial alcançado na Comunidade”. -----

--- Estipula, por outro lado, o artigo terceiro deste Código: -----

--- **Âmbito pessoal de aplicação**-----

--- Um – *O presente Código é aplicável a todas as pessoas, singulares ou colectivas, portuguesas ou nacionais, dos países que constituem a União Internacional para a Protecção da Propriedade Industrial, adiante designada por União, nos termos da Convenção de Paris de vinte de Março de mil oitocentos e oitenta e três e suas revisões, sem dependência de condição de domicílio ou estabelecimento, salvo as disposições especiais de competência e processo.*-----

--- Dois – *São equiparados a nacionais dos países da União os de quaisquer outras nações que tiverem domicílio ou estabelecimento industrial ou comercial, efectivo e não fictício, no território de um dos países da União.*-----

--- Três - ... -----

--- Comprova-se, assim, a completa idoneidade e exclusividade dos direitos de GHESA, Sociedade Anónima. -----

--- Terceiro-----

--- **CONCLUINDO;**-----

--- Por tudo isto, entendemos que se configura, no caso vertente, o recurso ao ajuste directo, de harmonia com o artigo cento e trinta e seis, número um, alínea b) do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, por se tratar “...*de obras cuja execução, por motivos técnicos, artísticos ou relacionados com a protecção de direitos exclusivos, só possa ser confiada a uma entidade determinada.*”-----

--- A Câmara, após troca de impressões, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de vinte e nove do mês findo, concordando com a adjudicação da referida fonte ao consórcio “Ghesa, Ingenieria y Tecnologia, Sociedade Anónima, Sucursal/João salvador, Limitada, mediante ajuste directo, pelo montante de cinquenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta mil e quinhentos escudos, em face das informações do Gabinete de Assuntos Jurídicos, Departamento de Obras Municipais e Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente. -----

--- O senhor Vereador Vicente Batalha, não participou na votação deste assunto por não ter tido, atempadamente, conhecimento da documentação. -----

--- **HABITAÇÃO SOCIAL - CONSTRUÇÃO DE NOVENTA E CINCO FOGOS A CUSTOS CONTROLADOS – ADJUDICAÇÃO** – Pelo Assessor Urbanístico, Arquitecto Humberto Cordeiro Martinho, foi presente a informação número sessenta e quatro, de sete do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Foi efectuado o relatório de análise das propostas tendo, sobre o mesmo, recaído o parecer favorável do Instituto Nacional de Habitação, através do seu ofício número seis mil oitocentos e cinquenta e sete, de seis de Novembro de dois mil e um. -----

--- Tendo o mesmo sido submetido a audiência prévia dos concorrentes, e não tendo havido reclamações no âmbito da audiência prévia considera-se o relatório em condições de ser submetido à apreciação da Exm.^a Câmara. -----

--- **Relatório de Análise das Propostas do Concurso Público para a Concepção e**---

--- **Construção de noventa e cinco fogos de Habitação Social a Custos Controlados**

----- (De acordo com o estipulado no artigo cem, do Decreto-Lei número -----
----- cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março)-----

--- **UM – INTRODUÇÃO** -----

--- Refere-se o presente relatório à análise das propostas relativas ao concurso público para a Empreitada de “Concepção e Construção de noventa e cinco fogos de Habitação Social a Custos Controlados”, cujo acto público de abertura das propostas teve lugar no dia seis de Agosto do corrente ano e no qual foram admitidos os seguintes concorrentes:

ACTA N.º 32/01
Reunião de 13 de Dezembro de 2001

N.º	CONCORRENTES	PREÇO (s/IVA)	PRAZO (DIAS)
1	ANTÓNIO JORGE, LDA	659.520.731 \$	540
2	SOCOLIRO, S.A.	686.231.493 \$	540
3	CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO, S.A.	632.752.435 \$	540

--- **DOIS - ANÁLISE DAS PROPOSTAS** -----

--- **Dois.um** – De acordo com o disposto no artigo cento e cinco do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, anúncio de concurso e programa de concurso, a adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, atendendo aos seguintes factores de apreciação, por ordem decrescente da sua importância, com a seguinte ponderação:-----

--- - Qualidade do Projecto Base (zero a cem pontos) – cinquenta por cento -----

--- - Preço(zero a cem pontos) - trinta por cento-----

--- - Currículo da empresa para obras desta natureza (zero a cem pontos) – vinte por cento -----

--- **Dois.dois – Qualidade do Projecto Base** -----

--- Relativamente ao factor “Qualidade do projecto base” consideraram-se os subfactores “aspecto exterior e integração paisagística”, “relação entre a área bruta e a área útil” e “a qualidade da construção”. A apreciação do factor “qualidade da construção”, incidiu sobre o comportamento térmico, acabamento exterior, pavimentos, canalizações, equipamento das cozinhas, equipamento das instalações sanitárias, caixilharias, carpintarias e segurança. A cada subfactor foi atribuída uma pontuação de zero a cem pontos. -----

Nº	CONCORRENTES												
		2.2.1. Aspecto exterior e integração paisagística	2.2.2. Ab/Au	2.2.3. Qualidade da construção	2.2.3.1. Comportamento Térmico	2.2.3.2. Acabamentos exteriores	2.2.3.3. Pavimentos	2.2.3.4. Canalizações	2.2.3.5. Equipamento de cozinhas	2.2.3.6. Equipamento de instal. Sanitárias	2.2.3.7. Caixilharias	2.2.3.8. Carpintarias	2.2.3.9. Segurança
1	ANTÓNIO JORGE, LDA	85,0	70,0	71,1	75,0	65,0	70,0	70,0	75,0	70,0	70,0	70,0	75,0
2	SOCOLIRO, S.A.	75,0	70,0	70,0	75,0	65,0	70,0	75,0	65,0	70,0	70,0	70,0	70,0
3	CONSTRUÇÕES GABRIEL COUTO, S.A.	80,0	70,0	70,0	75,0	65,0	70,0	70,0	65,0	70,0	75,0	70,0	70,0

-----CLASSIFICAÇÃO – QUALIDADE DO PROJECTO BASE-----

N.º	CONCORRENTES	PONTOS
1	ANTÓNIO JORGE, L.DA	75,4
2	SOCOLIRO, S.A.	71,7
3	CONSTRUÇÕES GABRIEL, COUTO, S.A.	73,3

--- Dois.três – Preço-----

--- Relativamente ao factor “Preço”, foi atribuída uma classificação na escala de zero a cem pontos, correspondente a uma variação de preço de seiscentos e trinta e dois milhões setecentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta e cinco escudos a novecentos e sessenta milhões de escudos: -----

Valor	Pontos
600.000.000 \$	100
632.752.435 \$	91
640.000.000 \$	89
659.520.731 \$	83
686.231.493 \$	76
960.000.000 \$	0

ACTA Nº. 32/01
Reunião de 13 de Dezembro de 2001

--- Tendo em conta este critério, as propostas dos concorrentes tiveram a seguinte classificação:-----

N.º	CONCORRENTES	PONTOS
1	ANTÓNIO JORGE, LDA	89
2	SOCOLIRO, S.A.	83
3	CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO, S.A.	91

--- **Dois.quatro – Currículo da Empresa para Obras desta Natureza**-----

--- Para o factor “ Currículo da empresa para obras desta natureza ” , foi estabelecido o seguinte critério para classificação das propostas, considerando uma pontuação de zero a cem pontos, correspondente a uma variação do valor das obras de zero a três biliões de escudos:-----

Valor das obras realizadas da mesma natureza (contos)	Pontos
0	0
1.000.000	33,3
1.566.000	52,2
2.000.000	66,7
2.211.576	73,7
2.236.364	74,5
3.000.000	100

--- Considerando o critério anteriormente descrito, as propostas dos concorrentes apresentam a seguinte pontuação: -----

N.º	CONCORRENTES	Valor de obras realizadas desta natureza (contos)	PONTOS
1	ANTÓNIO JORGE, L.DA	2.211.576	73,7
2	SOCOLIRO, S.A.	2.236.364	74,5
3	CONSTRUÇÕES GABRIEL, COUTO, S.A.	1.566.000	52,2

--- **TRÊS – CLASSIFICAÇÃO FINAL** -----

--- Em conformidade com a análise efectuada, elaborou-se o quadro seguinte com a classificação final, tendo em conta os factores de ponderação, de acordo com a fórmula:

--- $CF = C_{\text{qualidade do projecto base}} \times 0,50 + C_{\text{preço}} \times 0,30 + C_{\text{currículo da empresa para obras desta natureza}} \times 0,20$ ---

Nº	CONCORRENTES	PONTUAÇÃO			
		Qualidade do projecto base	Preço	Currículo (obras da mesma natureza)	CLASSIFICAÇÃO FINAL
1	ANTÓNIO JORGE, LDA	75,4	89,0	73,7	79,14
2	SOCOLIRO, S.A.	71,7	83,0	74,5	75,65
3	CONSTRUÇÕES GABRIEL COUTO, S.A.	73,3	91,0	52,2	74,39

--- Em relação à proposta de CONSTRUÇÕES, GABRIEL A. S. COUTO, Sociedade Anónima, a Comissão de análise das propostas verificou que o número de fogos indicados para a Freguesia de Vale de Figueira (dezasseis fogos), não correspondia ao solicitado no anúncio de concurso, sendo certo que as peças desenhadas contemplavam a construção de doze fogos, de acordo com as regras do concurso. -----

--- Pedido esclarecimentos ao concorrente referido, este informou que apenas houve uma troca na memória descritiva e enviou nova memória descritiva corrigindo o número de fogos de acordo com o solicitado no anúncio de concurso. -----

--- A comissão de análise aceitou os esclarecimentos prestados, tendo em conta que o projecto de arquitectura apresentado para a freguesia em causa, Vale de Figueira, corresponde ao solicitado no anúncio de concurso. -----

--- De acordo com o esclarecimento apresentado, a área bruta de construção dos fogos em Vale Figueira é de novecentos e dezasseis vírgula noventa e seis metros quadrados, o que contabilizando os fogos de todas as freguesias, perfaz a área total de sete mil trezentos e quarenta e dois vírgula trinta e quatro metros quadrados. -----

--- **QUATRO – CONCLUSÃO** -----

--- Em face dos resultados obtidos, conclui-se que a firma ANTÓNIO JORGE, LIMITADA, concorrente número um, é a que apresenta condições globais mais vantajosas. É de salientar, por outro lado, que a esta proposta corresponde um preço por metro quadrado de área de construção mais baixo, de setenta e oito mil quatrocentos e vinte e seis escudos por metro quadrado, enquanto que para as firmas, SOCOLIRO, Sociedade Anónima e CONSTRUÇÕES, GABRIEL A. S. COUTO, Sociedade Anónima, os preços são respectivamente, oitenta e sete mil setecentos e noventa e cinco escudos por metro quadrado e oitenta e seis mil cento e setenta e nove escudos por metro quadrado. -----

--- Assim, esta Comissão considera que, após a avaliação do custo de construção, por metro quadrado, pelo Instituto Nacional de Habitação, entidade financiadora da empreitada, conforme determina o artigo nono, da Portaria número quinhentos/noventa e sete, de vinte e um de Julho, a adjudicação deverá ser feita à firma ANTÓNIO JORGE, LIMITADA, pelo valor de seiscentos e cinquenta e nove milhões quinhentos e vinte mil setecentos e trinta e um escudos acrescido de IVA, e para um prazo de execução da obra de quinhentos e quarenta dias.” -----

--- A senhora **Vereadora Dunia Palma** sublinhou o esforço desenvolvido para resolução deste processo. -----

--- Afirmou que não gostaria de dissociar este investimento a nível da habitação de todo o parque habitacional do Concelho de Santarém. A este propósito salientou os problemas relacionados com os bairros camarários face à sua degradação apesar das verbas que se vão investindo. Frisou ser urgente que se orientem, agora, verbas e se desenvolvam mais estudos para recuperação destes bairros.-----

--- Referiu ainda, que o desenvolvimento do projecto de habitação social vai permitir o realojamento temporário dos residentes nos bairros, por forma a que possa fazer uma recuperação mais profunda nas mesmas. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada em epígrafe à firma António Jorge, Limitada, pelo montante de seiscentos e cinquenta e nove milhões quinhentos e vinte mil setecentos e trinta e um, acrescido de IVA, com um prazo de execução de quinhentos e quarenta dias, devendo ser celebrado o respectivo contrato. ---

--- Mais foi deliberado conceder poderes ao senhor Presidente para aprovação da minuta e assinatura do contrato.-----

--- **ATRIBUIÇÃO DE MÉRITOS EXCEPCIONAIS (DECRETO-LEI NÚMERO CENTO E OITENTA E QUATRO/OITENTA E NOVE, DE DOIS DE JUNHO) –**

CÂMARA E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM – Foi presente a informação número cento e oitenta e quatro, de vinte e sete de Julho último, do **Gabinete de Assuntos Jurídicos**, dirigida aos Directores de Departamento, do seguinte teor: -----

--- “Esgotada a primeira fase de reclassificação e reconversão, decorrentes da revisão da estrutura orgânica da Câmara Municipal, por determinação do senhor Presidente da Câmara Municipal abre-se espaço para a apreciação dos restantes casos que careçam de melhor readaptação, susceptíveis de serem enquadrados no artigo trinta da Lei número cento e oitenta e quatro/oitenta e nove, de dois de Junho, e receberem o Mérito Excepcional. -----

--- Assim sendo solicitamos a V. Ex.^a que, até ao dia três de Agosto de dois mil e um, faça chegar ao conhecimento do senhor Presidente da Câmara Municipal a designação de dois funcionários, adstritos ao departamento, em condições de poderem receber a menção de mérito excepcional, nos termos do artigo trinta da Lei número cento e oitenta e quatro, de dois de Junho.-----

--- Importa também informar V. Ex.^a que a indicação dos respectivos funcionários deve ser fundamentada, com base no trabalho desenvolvido, capaz de justificar tal atribuição

de mérito.” -----

--- Na sequência da informação atrás transcrita, foram presentes as seguintes informações: -----

--- - Número trezentos e vinte e quatro, de trinta de Outubro último, do **Director do Departamento de Obras Municipais**:-----

--- “No cumprimento do solicitado na informação número cento e oitenta e quatro/GAJ/dois mil e um, vimos colocar à consideração de V. Ex.^{as} as seguintes possibilidades de atribuição de mérito excepcional: -----

--- - **António Nunes Frazão** -----

--- **Desenhador Coordenador** -----

--- Desde mil novecentos e oitenta e um que este Técnico tem desempenhado funções no âmbito da Fiscalização Técnica de Obras Municipais e desde mil novecentos e noventa e dois tem, simultaneamente, assegurado a coordenação do Sector de Equipamento, responsável pelas intervenções, por administração directa no sector do Equipamento Municipal (Escolas e Parques Desportivos). -----

--- Estas funções que ultrapassam claramente o conteúdo funcional, têm sido desempenhadas com elevada responsabilidade e qualidade técnica, constituindo uma mais valia para a Autarquia. -----

--- Com a atribuição desta menção propomos a promoção na carreira independentemente de concurso (Técnico Principal).-----

--- - **Isabel Maria Jacinta do Nascimento Piedade**-----

--- **Assistente Administrativo** -----

--- O serviço que esta funcionária desempenha, no âmbito do apoio administrativo ao Departamento, ultrapassa largamente as funções estabelecidas no conteúdo funcional da sua categoria. -----

--- O desempenho é caracterizado pela qualidade e grande sentido de responsabilidade demonstrando iniciativa e eficácia. -----

--- Por outro lado tem preocupação com a sua valorização profissional, tendo concluído no ano transacto com muito bom aproveitamento o curso do CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica.-----

--- Com a atribuição desta menção, propomos a promoção na respectiva carreira independentemente de concurso (Assistente Principal).”-----

--- - Número cento e vinte e nove, de dez do corrente mês, do **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente:**-----

--- “Na sequência da reunião de coordenação, de sete de Dezembro de dois mil e um, na qual se depreendeu haver consenso quanto à atribuição de mérito excepcional a alguns funcionários, venho submeter à consideração de V. Ex.^a a nomeação dos seguintes funcionários do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente para esse fim, ao abrigo do disposto no artigo trinta da Lei número cento e oitenta e quatro/oitenta e nove, de dois de Junho:-----

--- - Engenheira Técnica Laura Guerra, da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida e

--- - Arquitecto Filipe Tomás Rafael, do extinto Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange-----

--- A atribuição de mérito excepcional à Engenheira Técnica Laura Guerra justifica-se pelo seu grande empenhamento na coordenação do Serviço de Espaços Verdes, ao qual tem dedicado muito do seu tempo e esforço, na ânsia de melhorar a eficácia dos Serviços, muitas vezes com prejuízo da sua vida familiar.-----

--- O Arquitecto Filipe Tomás Rafael, enquanto Coordenador do Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange, mostrou estar à altura das suas responsabilidades, dando o máximo de si, usando, muitas vezes os seus próprios meios, nas deslocações a que estava obrigado, e apresentando projectos arrojados, de que é exemplo o projecto Al-Margem, que mereceu palavras de louvor do Executivo Municipal.-----

--- Entendo, no entanto, que outros funcionários do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, mereceriam, de igual modo, a atribuição de tal mérito, pela forma como se

têm destacado no exercício das suas funções, revelando, desde sempre uma dedicação desinteressada à Câmara Municipal e em prol dos munícipes, pois nunca reclamaram da parte dos seus superiores qualquer benefício pelo seu empenhamento e pelos resultados que o mesmo representa para a Câmara Municipal, de que são exemplos, para não citar todos, a Chefe de Repartição Adelaide Marona, a Arquitecta Carla Louro, o Engenheiro Jorge Albergaria, a Engenheira Maria João Cardoso, o Paulo Ramos e a Anabela Pires. -

--- Outros funcionários de outros departamentos estariam, também, em condições de merecer tal distinção, pelos mesmos motivos, pelo que não me pareceria justo se aos nomes aqui propostos não fossem acrescentados outros, dignos desse mérito. -----

--- Seria injusto, da minha parte, se não fizesse referência a tantos funcionários que já passaram por esta Câmara, à qual dedicaram tanto da sua vida e que não lograram alcançar tal distinção, e que, certamente, nunca a reclamaram, apesar de merecida, não falando, já, de todos os dirigentes que dedicam à Câmara muitas horas extras, com grande sacrifício dos seus familiares.” -----

--- - Número quinhentos e noventa e quatro, de dez do corrente mês, do **Director do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**:-----

--- “Em resposta à informação número cento e oitenta e seis/GAJ/dois mil e um, coloco à consideração de V. Ex.^a a seguinte possibilidade de atribuição de mérito excepcional, sendo que da análise realizada resultou a necessidade da indicação de um funcionário: --

--- - **Maria Luísa Neves Pereira Cotrim** -----

--- Situação Actual: Técnica Profissional de Bibliotecas Arquivos e Documentação Especialista-----

--- Proposta: Passagem à categoria de Coordenadora -----

--- Justificação: Ao longo da sua carreira, a funcionária Maria Luísa, consolidou quer entre os seus colegas, quer entre os utentes da biblioteca a noção de se identificar com o espírito da própria biblioteca.-----

--- Já no tempo do senhor Bertino Coelho Martins, era a sua substituta natural, após ele e por solicitação da Direcção do Departamento assumiu essa mesma função, em

colaboração com o respectivo Chefe de Divisão; ao longo do período mais conturbado que se viveu a seguir, constituiu o garante da funcionalidade daquele equipamento cultural, e no passado mais recente assumiu a liderança de um processo de devolução da Biblioteca ao seu público, com os resultados que já são reconhecidos de retorno de leitores de várias faixas etárias, com destaque para os públicos mais jovens.-----

--- A este respeito, importa ainda referir que já em vinte e cinco de Setembro de dois mil, através da informação número quatrocentos e oitenta/dois mil formalizei esta proposta, de resto sancionada superiormente, através do despacho do senhor. Presidente de vinte e nove de Setembro de dois mil.-----

--- Finalmente, gostaria de chamar a atenção de V. Ex.^a para a necessidade de criação do lugar indispensável à concretização desta proposta. -----

--- Considerando ter correspondido à solicitação acima referida, coloco o assunto à superior consideração de V. Ex.^a que melhor decidirá.”-----

--- Foi também presente a proposta de atribuição de mérito excepcional ao técnico de Contabilidade e Administração de Primeira Classe, **Joaquim Duarte Cordeiro**, aprovada na reunião do **Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados**, realizada em dez do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “As referências legais acima indicadas, possibilitam a atribuição de *mérito excepcional* em situações de desempenho relevante, quer a nível individual quer conjuntamente, aos membros de uma equipa.-----

--- Não sendo usual o recurso a esta menção, como também não é usual o desempenho excepcional que justifique a sua atribuição, há contudo situações que pela sua excepcionalidade e parecendo-nos inequívocas, nos levam a sugerir a sua atribuição. ----

--- Encontra-se nesta situação o Técnico de Contabilidade e Administração de Primeira Classe, Joaquim Duarte Cordeiro, cuja actividade nestes Serviços tem ido muito além das exigências da função, sempre com voluntarismo e total disponibilidade para a resolução dos mais diversos problemas, quer sejam da sua área de intervenção quer

sejam alheios à mesma ou até completamente fora da sua função, mas que por razões de interesse pessoal e de formação autodidacta está apto a solucionar.-----

--- Apesar de não ser fácil enumerar todos os actos em que oportuna e eficazmente intervém e muito menos transmitir em toda a sua amplitude a disponibilidade sempre presente para apoiar ou resolver as mais variadas situações, tentaremos de qualquer forma deixar alguns registos:-----

--- - Desde sempre na dependência do Departamento Financeiro, colaborou directamente com a directora do mesmo, assumindo a responsabilidade pela execução de vários documentos, dos mais simples aos mais complexos e exigentes;-----

--- - A partir de determinada altura, pela confiança e capacidade demonstrada foi-lhe atribuída também a responsabilidade por uma área de enorme importância dentro do departamento, designadamente a Secção Comercial com toda a gestão e obrigatoriedade de cumprimento de prazos relativos a leituras e a facturação, o Atendimento e a Gestão de Contadores, ambos sujeitos a grandes pressões por parte do público e envolvendo a coordenação funcional de vários funcionários.-----

--- No âmbito desta actividade tem conseguido atingir os objectivos com eficiência e eficácia, ultrapassando de uma forma expedita os problemas que vão surgindo, nomeadamente os causados pela falta de capacidade de resposta do fornecedor de software quando da mudança da aplicação da facturação, tendo por iniciativa própria resolvido muitos problemas da responsabilidade do fornecedor, conseguindo, assim, minimizar os reflexos menos positivos da passagem de um sistema a outro;-----

- Com as atribuições definidas no ponto anterior, não deixou de apoiar a directora na elaboração e análise de elementos contabilísticos indispensáveis para uma boa gestão da organização e também os sujeitos a imperativos legais;-----

--- - Fez parte integrante de vários grupos de trabalho quer os de nomeação expressa, como o de estudo e elaboração para os projectos de Modernização Administrativa e o de estudo e implementação do Inventário e Património, quer os informais e espontâneos para a resolução de problemas pontuais, nomeadamente alguns ligados à Informática, no

âmbito do funcionamento e introdução de software, por conseguinte fora da sua área de formação e da função; -----

--- - É prática corrente deste funcionário, o prolongamento do horário de trabalho diário. Acontece por vezes, e sempre que necessário, prestar serviço durante o fim de semana. Em qualquer dos casos nunca solicita qualquer retribuição por trabalho extraordinário; -----

--- - É difícil precisar todas as situações em que é solicitado por outros sectores, para colaborar na resolução de qualquer assunto, mostrando-se sempre pronto a colaborar com os conhecimentos adquiridos ou procurando encontrar a solução se não estiver logo ao seu alcance; -----

--- - É manifesta a sua perspectiva integrada dos objectivos e problemas globais dos Serviços e da sua organização, muito para além da sua função específica, o que faz dele um elemento de maior utilidade e interesse para o Conselho de Administração nos processos mais complexos de tomada de decisões. -----

--- Assim, entendo de toda a justiça e legitimidade que seja prestado o devido reconhecimento a este funcionário, com a merecida atribuição de *mérito excepcional*. ---

--- Caso este seja o entendimento do Conselho de Administração, proponho que o assunto seja submetido a apreciação do Executivo Municipal, com proposta de ratificação pelo órgão deliberativo, nos termos do número cinco, do artigo trinta, do Decreto-Lei número cento e oitenta e quatro/oitenta e nove, de dois de Junho.” -----

--- Após alguma troca de impressões, a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com as propostas de atribuição de mérito excepcional aos funcionários a seguir indicados, conforme fundamentação constante nas informações oriundas dos respectivos Departamentos da Câmara e dos Serviços Municipalizados: -----

--- - Departamento de Obras Municipais: António Nunes Frazão e Isabel Maria Jacinta do Nascimento Piedade; -----

--- - Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente: Engenheira Técnica Laura Guerra e Arquitecto Filipe Tomás Rafael; -----

--- - Departamento de Assuntos Culturais e Sociais: Maria Luísa Neves Pereira Cotrim;
--- - Serviços Municipalizados de Santarém: Joaquim Duarte Cordeiro. -----
--- Mais foi deliberado submeter o assunto a apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea a), número quatro do artigo trinta e cinco do Decreto-Lei número cento e oitenta e quatro/oitenta e nove, de dois de Junho.-----
--- Não se encontrava presente na sala aquando da votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha.-----
--- **EMPRESAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES URBANOS E PARQUES DE ESTACIONAMENTO – NOMEAÇÃO DAS COMISSÕES DE ABERTURA DE CONCURSO E ANÁLISE DE PROPOSTAS** – Na sequência do deliberado na reunião de trinta de agosto último, pelo Director do **Departamento Administrativo e Financeiro** foi presente a informação número cinquenta e dois, de seis do corrente mês, do seguinte teor:-----
--- “Na sequência do “Aviso do Procedimento” de selecção de parceiros privados para integrarem as empresas municipais acima referidas, o acto público de abertura das propostas realizar-se-á no próximo dia sete, pelas dez horas, no edifício dos Paços do Concelho.-----
--- Neste sentido, torna-se necessário que V. Ex.^a proceda ao despacho da nomeação das duas Comissões do Concurso:-----
--- - Comissão de Abertura do Concurso -----
--- - Comissão de Análise de Propostas.” -----
--- O **senhor Presidente** exarou, na informação atrás transcrita, o seguinte despacho:---
--- “Nomeio para as **Comissões de Abertura** de ambos os processos:-----
--- - Dr. Carlos Fernandes;-----
--- - Dr. Carlos Alves;-----
--- - Chefe de Secção Ana Bento;-----
--- para as **Comissões de Análise**: -----
--- - Dr. Carlos Fernandes;-----

--- - Engenheiro Fernando Trindade;-----
--- - Arquitecto José Augusto Rodrigues e-----
--- - Dr. Luís Morgadinho, no tocante ao processo inerente à selecção de parceiro privado para empresa municipal de transportes urbanos; -----
--- - Dr. Carlos Fernandes; -----
--- - Arquitecto Humberto Martinho; -----
--- - Engenheiro Fernando Trindade e -----
--- - Dr. Luís Morgadinho, para o processo de selecção de parceiro privado para empresa municipal de parques e concessão de estacionamento no centro da cidade de Santarém.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de seis do corrente mês, atrás transcrito, nomeando as respectivas comissões. -----

--- **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA EXPOSIÇÃO DE MATERIAL** – Foi presente um

ofício dos Serviços Municipalizados de Santarém, do seguinte teor:-----

--- “Estes Serviços estão a promover a alienação de material obsoleto, necessitando de um local para exposição do mesmo, no sentido de uma melhor apreciação por parte dos interessados. -----

--- Sabemos que, junto aos nossos Serviços Técnicos, no Campo Infante da Câmara existe no Pavilhão da Holanda espaço apropriado para o efeito, pelo que solicitamos a V. Ex.^a a sua cedência até à conclusão do processo.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão dos Serviços Municipalizados de Santarém e ceder o Pavilhão da Holanda, para exposição do referido material. -----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto, a senhora Vereadora Rosa Maria Feliciano.-----

--- **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO SEMAFÓRICO ESTRADA NACIONAL NÚMERO TREZENTOS E SSESSENTA E UM – AMIAIS**

– **PEDIDO DO ICERR – INSTITUTO PARA A CONSERVAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA** – Foi presente um ofício do ICERR –

Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, Direcção de Estradas de Santarém, a solicitar a anuência da Câmara Municipal de Santarém para assumir os encargos do fornecimento de energia eléctrica e futura manutenção do equipamento semafórico na Estrada Nacional trezentos e sessenta e um – Amiais. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade assumir os encargos com o fornecimento de energia eléctrica e manutenção do equipamento, recomendando ao próximo Executivo que fixe a temporalidade da vigência deste acordo. -----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Hermínio Martinho. -----

– **BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS AGRÍCOLAS NA FREGUESIA DE POMBALINHO – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA** – Pela Junta de Freguesia em

epígrafe, foi presente um ofício a solicitar a transferência financeira no valor de vinte e quatro milhões novecentos e sessenta mil escudos, acrescido de IVA, destinado à empreitada de beneficiação de Caminhos Agrícolas – Estrada da Alverca Grande/Estrada do Cavaleiro/Caminho Municipal número mil trezentos e quarenta e um – Quinta do Outeiro. -----

--- Na sequência deste ofício, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias**, informou: -----

--- “Esta empreitada consta na listagem das obras ao abrigo do Decreto-Lei número trinta e oito-C/dois mil e um, de oito de Fevereiro (intempéries) com uma dotação de vinte e cinco mil contos. -----

--- Cumpridas as formalidades legais e de acordo com o protocolo de delegação de competências, propõe-se a transferência de vinte e quatro milhões novecentos e sessenta mil escudos, acrescido de cinco por cento de IVA.” -----

--- A Câmara, face ao parecer do Gabinete de Apoio às Freguesias, deliberou, por unanimidade, transferir para a Junta de Freguesia do Pombalinho, o montante de vinte e quatro milhões novecentos e sessenta mil escudos, acrescido de IVA. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Botas Castanho e Hermínio Martinho.-----

--- **ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PERNES – CONCLUSÃO DE ARRANJOS EXTERIORES – PEDIDO DE APOIO** – Pela

Associação em epígrafe, foi presente um ofício a solicitar apoio financeiro no valor de um milhão quatrocentos e noventa e cinco mil escudos, acrescido de IVA, destinado à conclusão de arranjos exteriores na área envolvente ao quartel daquela Associação.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder um apoio no montante de um milhão quatrocentos e noventa e cinco mil escudos, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Pernes. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Dunia Palma, Botas Castanho e Hermínio Martinho. -----

--- **ACIDENTE DE VIAÇÃO – PEDIDO DE ÁLVARO MANUEL CONSTANTINO FERNANDES** – Em continuação do deliberado na reunião de vinte e

um do mês findo, foi de novo presente o processo em epígrafe. -----

--- Do mesmo consta uma informação prestada pelo **Chefe de Divisão de Trânsito**, de onze de Setembro último, do seguinte teor: -----

--- “Constatou-se no local que a caixa pertence aos Serviços Municipalizados Municipais e que a tampa se encontrava partida e dentro da mesma. -----

--- Junto do empreiteiro este informou-nos que a caixa em causa sempre esteve devidamente sinalizada. -----

--- Tentou-se, então, junto da população averiguar o que se terá passado, ao que fomos informados que um camião não terá respeitado a sinalização, tendo abalroado e partido a tampa da mesma, esta situação terá acontecido, provavelmente, pouco tempo antes do acidente em causa. -----

--- Mais se informa que a via em causa é a Estrada Municipal quinhentos e noventa e quatro, que está a sofrer obras de beneficiação, cuja empreitada foi adjudicada à Firma Construções Pragosa, Sociedade Anónima.”-----

--- Sobre o assunto, foi também presente uma carta da **Companhia de Seguros Mundial Confiança, Sociedade Anónima**, que a seguir se transcreve: -----

--- “Acusamos a recepção da participação do sinistro em epígrafe, cujo conteúdo notamos devidamente. -----

--- Após análise dos elementos em nosso poder concluímos não existir responsabilidade do nosso segurado na produção dos danos reclamados: -----

--- As obras de beneficiação da via que decorriam no local do sinistro, foram adjudicadas a uma firma denominada “Construções Pragosa, Sociedade Anónima”, que segundo nos informaram sinalizaram devidamente o local. -----

--- De acordo com informações da referida firma, a sinalização terá sido retirada por um camião que a terá abalroado, partindo conseqüentemente a tampa de esgoto em causa.---

--- Nesta conformidade, vamos proceder ao encerramento do nosso processo sem haver lugar ao pagamento de qualquer indemnização.”-----

--- A Técnica Superior de Gestão, Dr^a. Maria Vicente Mendes prestou também a seguinte informação, datada de dezanove de Setembro último. -----

--- “A Seguradora é de parecer que a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade no acidente mencionado em epígrafe, tanto mais que, o troço de estrada onde ocorreu o acidente estava a sofrer obras de beneficiação, cuja empreitada foi adjudicada à firma Construções Pragosa, Sociedade Anónima. -----

--- Contactada a firma em referência, declinou prontamente a responsabilidade, dado que não teve intervenção a nível de tampas de esgoto de água, pois estas encontravam-se sob a jurisdição dos Serviços Municipalizados de Santarém. Propõe-se a V. Ex^a. que o processo seja enviado aos Serviços Municipalizados de Santarém para avaliação de alguma presumível responsabilidade e efectuar as diligências necessárias, no sentido de resolver este assunto com a maior celeridade.”-----

--- Na sequência desta informação os **Serviços Municipalizados de Santarém** prestaram a informação número trinta e nove, de vinte e cinco de Setembro último: -----

--- “... tenho a informar que a responsabilidade pelos danos provocados não poderão ser imputados aos Serviços Municipalizados de Santarém, dado que não procedemos à execução de trabalhos no local. -----

--- A tampa em causa ficou localizada a meio da faixa de rodagem com o alargamento da mesma, pelo que o dono da obra ou o empreiteiro, deveriam ter os cuidados necessários à perfeita fixação da mesma ou sinalização, por forma a evitar o acidente.” -

--- Em cumprimento do deliberado na, já referida, reunião de vinte e um do mês findo, onde foi presente uma exposição do requerente, o **Gabinete de Assuntos Jurídicos**, prestou a informação número trezentos e quarenta e um, de cinco do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Tendo o processo chegado ao nosso conhecimento no dia cinco de Dezembro de dois mil e um, cumpre-nos informar o seguinte:-----

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Santarém, de vinte e um de Novembro de dois mil e um, e, em face da informação da Companhia de Seguros “Mundial Confiança”, de dezoito de Setembro de dois mil e um, a edilidade não é responsável pelos danos causados no referido veículo.-----

--- Aliás, essa também é a posição técnica quer da Dr^a. Maria Vicente quer do Dr. Carlos Fernandes, conforme parecer de dezanove de Setembro de dois mil e um. -----

--- Das informações constantes no processo sublinhamos, por forma a reiterar o referido, o parecer do Chefe de Divisão do Trânsito, de onze de Setembro de dois mil e um. -----

--- Pelo exposto e de acordo com os dados no processo até ao momento, não existe qualquer fundamento factual que impute à Câmara Municipal de Santarém a responsabilidade perante o citado acidente. -----

--- Todavia, conforme é amplamente referido nos citados pareceres, para o local estava em curso uma empreitada adjudicada às Construções Pragosa, Sociedade Anónima. -----

--- Assim sendo, sugere-se que, perante esta declinação da edilidade – caso V. Ex^a. assim o entenda -, a adjudicatária em causa se pronuncie perante o acidentado, por forma a que este possa accionar os mecanismos legais ao seu dispor, caso assim o entenda.” ---

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação do Gabinete de Assuntos Jurídicos, atrás transcrita, devendo proceder-se em conformidade. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Hermínio Martinho e Dunia Palma. -----

--- **CANDIDATURA NO ÂMBITO DO RECRUA - REGIME ESPECIAL DE COMPARTICIPAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS ARRENDADOS** –

--- Pela Engenheira Civil, Ana Filipa Pinhal de Canto, da **Divisão de Núcleos Históricos**, foi presente a informação número trezentos e trinta e um, de vinte e nove do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da deliberação camarária de nove de Novembro de dois mil, que se anexa, procedeu-se à rectificação do cálculo das comparticipações referentes ao processo em epígrafe, conforme solicitado por despachos da Exma. Senhora Vereadora da Habitação, Engenheira Dunia Palma, exarados no ofício desta Câmara número quinhentos mil trezentos e noventa, de oito de Setembro de dois mil, e no ofício do IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado número oito mil trezentos e trinta e nove, de vinte e cinco de Outubro de dois mil. -----

--- Desta forma, as comparticipações estimadas são calculadas na folha anexa, que se resumem no quadro abaixo. -----

--- Comparticipações referentes à candidatura revista (trabalhos executados mais trabalhos em falta) rectificadas -----

Valor da obra a realizar	4 017 510\$00
Comparticipação da CMS	1 044 553\$00
Comparticipação do IGAPHE	1 566 829\$00

Comparticipação total	2 611 382\$00
-----------------------	---------------

--- Tendo em conta as participações que já foram atribuídas com referência ao orçamento inicial, expressas no mapa anexo à informação número noventa e quatro/noventa e nove, da Divisão de Núcleos Históricos, sugere-se que sejam concedidas as participações adicionais indicadas no quadro abaixo.”-----

--- Participações adicionais – Rectificadas -----

Comparticipação adicional da CMS	694 553\$00
Comparticipação adicional do IGAPHE	813 934\$00
Comparticipação adicional total	1 508 487\$00

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, concordar com a participação adicional no montante de seiscentos e noventa e quatro mil quinhentos e cinquenta e três escudos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Hermínio Martinho e Dunia Palma.-----

--- **PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA DE FRACÇÃO EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE** – Foram presentes os seguintes pedidos: -----

--- **UM** – De **Pedro Caldas & Filhos, Limitada**, com sede em Alpiarça, solicitando autorização para proceder à venda, em regime de direito de superfície, da fracção “H”, correspondente ao terceiro andar direito do prédio sito na Quinta do Mergulhão, lote quatro, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a venda e certificar que não pretende exercer o direito de preferência sobre a alienação da fracção “H”, correspondente ao terceiro andar, direito, do prédio sito na Quinta do Mergulhão, nesta Cidade.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Hermínio Martinho e Dunia Palma.-----

--- **DOIS** - De **Pedro Caldas & Filhos, Limitada**, com sede em Alpiarça, solicitando autorização para que proceda à venda, em regime de direito de superfície, da fracção “I”, correspondente ao terceiro andar esquerdo, do prédio sito na Quinta do Mergulhão, lote quatro, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a venda e certificar que não pretende exercer o direito de preferência sobre a alienação da fracção “I”, correspondente ao terceiro andar, esquerdo, do prédio sito na Quinta do Mergulhão, nesta Cidade.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Hermínio Martinho e Dunia Palma.-----

--- **VISTORIA** – Para verificação das condições de segurança e solidez do edifício sito na Rua Pedro Canavarro, número quatro, freguesia de São Nicolau, nesta cidade. -----

--- A **Comissão de Vistorias** procedeu à respectiva vistoria, tendo concluído:-----

--- “Um – O edifício encontra-se na generalidade em muito mau estado de conservação.

--- Dois – São visíveis, exteriormente, sinais de abaulamento das paredes, principalmente na parede do alçado Sul;-----

--- Três – Também na referida parede exterior, o revestimento ameaça ruir, a qualquer momento;-----

--- Quatro – Os tectos, ao nível do rés-do-chão encontram-se apodrecidos e em ruína parcial e/ou eminente; -----

--- Cinco – O vigamento de madeira encontra-se deteriorado, ameaçando ruína; -----

--- Seis – O vigamento de betão encontra-se infiltrado de água não se apresentando nas condições óptimas de funcionamento estrutural; -----

--- Sete – A instalação eléctrica encontra-se obsoleta e em mau estado de conservação, não podendo esta funcionar em condições de segurança normais e parecendo não ter recuperação possível;-----

--- Oito – As instalações sanitárias não têm condições higieno-sanitárias de utilização;--

--- Nove – As paredes interiores em toda a área de funcionamento do estabelecimento apresentam-se fragilizadas com sinais evidentes de infiltrações e, nalguns casos, em desagregação;-----

--- Dez – O revestimento azulejar apresenta-se partido e sem vidrado, evidenciando deficiências na constituição material do azulejo;-----

--- Onze – A estrutura do envidraçado encontra-se, na sua maioria, descolada da estrutura de suporte, permitindo a entrada de poeiras e água pluvial, elementos contaminantes e contrários ao cabal funcionamento do estabelecimento existente no rés-do-chão;-----

--- Doze – A comissão de vistoria considera não ser seguro fazer qualquer verificação ao nível do primeiro andar, dado a fragilidade generalizada de toda a estrutura portante do piso, tal como antes referenciado;-----

--- Treze – Toda a estrutura da cobertura está apodrecida, infiltrando águas para o interior do edifício, factor determinante para o estado em que o mesmo se encontra;-----

--- Face ao exposto anteriormente, entende esta Comissão que o referido edifício:-----

--- a) Não reúne condições de funcionamento do estabelecimento de padaria, constituindo o funcionamento deste um risco para a saúde pública;-----

--- b) Constitui uma ameaça grave à integridade física da funcionária do estabelecimento mencionado;-----

--- c) Constitui uma ameaça gravíssima para a integridade física dos transeuntes das ruas Serpa Pinto e Pedro Canavarro;-----

--- Assim, entende esta Comissão, que deverá o proprietário ser notificado de imediato no sentido de:-----

--- Um – **Demolir imediatamente o edifício – iniciando estas obras no prazo máximo de oito dias úteis após a notificação** – de modo a salvaguardar a integridade física das pessoas.-----

--- A Comissão entende ainda que deverá o inquilino do estabelecimento de padaria ser notificado de imediato no sentido de:-----

--- Um – Suspender imediatamente a laboração do estabelecimento, de molde a salvaguardar a integridade física e a saúde pública;-----

--- Dois – Proceder à transfega de combustível do depósito existente, caso o mesmo contenha algum produto;-----

--- A Comissão entende ainda que deverá o inquilino do primeiro andar ser notificado de imediato no sentido de:-----

--- Um – Retirar todo o recheio eventualmente existente, caso não o tenha feito quando se desalojou do local:”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado no auto de vistoria atrás transcrito.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Hermínio Martinho e Dunia Palma.-----

--- **ALTERAÇÕES AO PLANO E ORÇAMENTO – RATIFICAÇÃO** – Pela Divisão Financeira foram presentes as seguintes propostas de alteração, nos termos do número um do artigo quarto do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um/oitenta e três, de vinte de Julho:-----

--- No **Plano de Actividades** - número doze, que totalizou cinquenta mil contos no **REFORÇO** e cinquenta mil contos na **ANULAÇÃO**.-----

--- No **Orçamento** - número dezassete, que totalizou tanto no **REFORÇO** como na **ANULAÇÃO**, a importância de cinquenta mil contos.-----

--- Submetidos a votação os documentos apresentados, que ficam anexos à presente acta (Documento I e II), a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os despachos do senhor Presidente, de onze do corrente mês, que nos termos do disposto na Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, aprovou as alterações propostas.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Hermínio Martinho e Dunia Palma e Vicente Batalha.-----

**--- PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO DO CASTELO DE ALCANEDE –
PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA** – Pelo Director do Projecto Municipal

“Santarém a Património Mundial”, foi presente a informação número duzentos e noventa e sete, de sete do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Em vinte e nove de Dezembro de dois mil foi remetido a esta unidade orgânica, para emissão de informação prévia, um ofício da Junta de Freguesia de Alcanede, relativo a um projecto de recuperação e instalação de uma pousada medieval e um Museu Arqueológico no Castelo de Alcanede, cuja entidade promotora é o particular Luís Manuel da Costa Figueiredo. Relativamente a este assunto, cumpre-me informar o seguinte:-----

--- Primeiro – Em termos de enquadramento legal:-----

--- a) O edifício que se propõe construir implanta-se no interior de um imóvel classificado como *Imóvel de Interesse Público* desde dezoito de Agosto de mil novecentos e quarenta e três (decreto número trinta e dois mil novecentos e setenta e três, publicado no Diário do Governo número cento e setenta e cinco) e possuindo uma zona especial de protecção (ZEP, segunda Série, número duzentos e trinta e sete, de doze de Outubro de mil novecentos e quarenta e nove). Deste modo e conforme a legislação aplicável, qualquer intervenção carece de **prévia autorização do Instituto Português do Património Arquitectónico, não podendo quaisquer obras de construção de reconstrução ser autorizadas pelas câmaras municipais.**-----

--- b) Todos os projectos referentes a obras de adaptação e alteração situados na zona de protecção de imóveis classificados têm que ser subscritos por arquitectos devidamente credenciados (artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e cinco/oitenta e oito, de dezasseis de Junho). Nesta medida, **deverão ser remetidas a esta autarquia, para análise, os elementos fotográficos e desenhados do projecto arquitectónico,** conforme foi já assinalado na informação prévia do Divisão de Núcleos Históricos, apresentada na reunião camarária de trinta de Novembro de dois mil.-----

--- Segundo – Em termos de impacto ambiental:-----

--- a) O uso que se pretende dar ao imóvel pode contribuir para a sua valorização, desde que o projecto se revele **devidamente enquadrado arquitectónica e historicamente**. A pretensão expressa de “recuperar, cuidadosamente, as habitações interiores, devolvendo-lhes o seu aspecto primitivo” merece um acompanhamento técnico especial que garanta a **aplicação das técnicas de recuperação e reabilitação patrimonial** actualmente utilizadas e **não fira a integridade ou a autenticidade do imóvel**. -----

--- b) A implantação de um **núcleo museológico** de vocação arqueológica deverá ser igualmente objecto de um **projecto de especialidade** (a nível de mobiliário, climatização, iluminação e exposição), subscrito por técnicos abalizados e devidamente credenciados.-----

--- c) A viabilização deste projecto será reforçada pela sua **integração no “Programa dos Castelos do Instituto Português do Património Arquitectónico”** (III Quadro Comunitário de Apoio), que abrange o Castelo de Alcanede.”-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Hermínio Martinho, Dunia Palma e Vicente Batalha. -----

--- **Em virtude de não constar da ordem de trabalhos, o senhor Presidente solicitou aos senhores Vereadores autorização para incluir na mesma o assunto seguinte, não tendo havido oposição:**-----

--- **EVENTUAL CLASSIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM**

– Pelo Director do Projecto Municipal “Santarém a Património Mundial”, foi presente a informação número duzentos e noventa e nove, de dez do corrente mês, do seguinte teor:

--- “Um – Pelo ofício datado de vinte e três de Novembro de dois mil e um do Director Regional de Lisboa do Instituto Português do Património Arquitectónico, foi comunicado o despacho número três/dois mil e um de dezoito de Abril de dois mil e um do Exmo. Senhor Vice-Presidente daquele Instituto, determinando a abertura do processo de instrução relativo à eventual classificação do conjunto supra referido. -----

--- Dois – De acordo e nos termos do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e oitenta e um/setenta, de vinte e oito de Abril, compete à Câmara Municipal de Santarém providenciar à publicação do Edital correspondente ao sentido da classificação, tal como se encontra expresso nos artigos primeiro, terceiro e quinto do mesmo diploma. -----

--- Três – Assim envio a V. Ex.^a o respectivo Edital para ser assinado, bem como a respectiva planta, para afixar nos lugares de costume e ser publicado nos jornais locais.”

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o teor do Edital, devendo proceder-se à assinatura e publicação do mesmo, de acordo com a informação atrás transcrita. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Hermínio Martinho, Dunia Palma e Vicente Batalha. -----

--- **PROCOLO A CELEBRAR COM O IPPAR - INSTITUTO PORTUGUÊS PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO, PARA O RESTAURO DA VARANDA RENASCENTISTA DE “JOÃO AFONSO”, NO CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM** – Pelo Director do **Projecto Municipal "Santarém a Património Mundial"** foi presente a informação número duzentos e noventa e dois, de cinco do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao assunto supra mencionado e a fim de se proceder à salvaguarda da Varanda Renascentista “João Afonso” foi oportunamente decidido celebrar-se um protocolo entre a Autarquia e o Instituto Português do Património Arquitectónico, de modo a criarem-se os mecanismos legais para a recuperação do referido imóvel. -----

--- Nestes termos, o Instituto Português do Património Arquitectónico enviou uma minuta de protocolo que se submete à consideração de V. Ex.^a. -----

--- Aliás, o proprietário do imóvel classificado, também aguarda com expectativa o acto de assinatura, uma vez que já realizou as obras de acordo com o projecto.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos do protocolo, que fica anexo à presente acta (Documento III). -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Dunia Palma, Hermínio Martinho e Vicente Batalha. -----

--- **REMODELAÇÃO DA CASA DO CAMPINO E CAVALARIÇAS ANEXAS** – A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou por unanimidade, retirar este assunto da presente reunião, para permitir uma análise mais aprofundada.-----

--- Não se encontravam presentes na sala os senhores Vereadores António Oliveira e Vicente Batalha.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DO ARNEIRO DAS MILHARIÇAS – ARRANJOS EXTERIORES DA RESPECTIVA SEDE** – Pela Junta de Freguesia em epígrafe, foi presente um ofício a informar que durante o Inverno passado a estrutura da calçada junto à sede da Junta, cedeu devido a pouca consistência do terreno. Para a recuperação do pavimento em calçada, apresenta orçamento no montante de oitocentos e noventa e quatro mil escudos, acrescido de IVA e solicita o apoio da Câmara.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, um subsídio no montante de oitocentos e noventa e quatro mil escudos, acrescido de IVA.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores António Oliveira e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DA ROMEIRA – CONCLUSÃO DO POLIDESPORTIVO DA ROMEIRA – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO** – Pelo Técnico Superior, Dr. Joaquim Borges, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a informação número quinhentos e oitenta e quatro, de cinco do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência da informação número quatrocentos e quinze, de três de Agosto último, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:-----

--- a) a Junta de Freguesia de Romeira apresentou candidatura junto do competente organismo responsável pela gestão dos fundos comunitários, aguardando a conclusão definitiva do processo;-----

--- b) a atribuição deste apoio invalida a necessidade efectiva de recorrer a outras fontes de financiamento; -----

--- c) neste sentido assume total razoabilidade a concessão de apoio por parte do município. -----

--- Tendo em conta o exposto em cima, proponho à consideração de V. Ex^a. a atribuição de um apoio financeiro no valor de quinze milhões de escudos.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, manifestar disponibilidade política quanto à concessão do apoio pretendido, no montante de quinze milhões de escudos. -----

--- O **senhor Presidente** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

--- “Gostaria de manifestar público apreço pela política desenvolvida pelo Departamento de Assuntos Culturais e Sociais no que toca à criação de equipamentos desportivos porque, sob a orientação da Dr.^a Graça Morgadinho, Vereadora do pelouro, houve cuidados de descentralizar os meios por forma a que também as Juntas de Freguesia no meio rural ficassem dotadas de empreendimentos de grande alcance no sector do desporto.” -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores António Oliveira e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE ALMOSTER – BENEFICIAÇÃO DO EXTERIOR DO EDIFÍCIO SEDE** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia de Almoster e após estimativa orçamental apresentada pelo Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente para os trabalhos em epígrafe, o **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias** informou: -----

--- “ – O dono da obra deverá ser a Junta de Freguesia de Almoster. -----

--- - O financiamento a assegurar, de acordo com a estimativa orçamental anexa, deverá ser de quatro milhões trezentos e um novecentos e sessenta escudos mais IVA, pelo que se propõe, à semelhança do que se verificou com a Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém, a atribuição de um subsídio extraordinário de igual valor.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Junta de Freguesia de Almofter um subsídio extraordinário, no montante de quatro milhões trezentos e um mil novecentos e sessenta escudos, acrescido de IVA, em conformidade com o proposto na informação atrás transcrita.-----

--- Após alguma troca de impressões, foi ainda deliberado, transmitir ao Instituto Português do Património Arquitectónico o apreço pelo trabalho de grande valia desenvolvido no Convento de Almofter. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores António Oliveira e Vicente Batalha. -----

--- **CANDIDATURA DO PPD – PARTIDO POPULAR DEMOCRATA/PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – PEDIDO DE LIGAÇÃO ELÉCTRICA NA PRACA VISCONDE SERRA DO PILAR, PARA REALIZAÇÃO DE FESTA/COMÍCIO** – Pela Direcção de campanha do Partido Popular Democrata/Partido Social Democrata, foi presente uma carta solicitando autorização para a ligação de energia eléctrica, na Praça Visconde Serra do Pilar, no dia catorze de Dezembro, para realização de uma festa/comício, no âmbito das Eleições Autárquicas de dois mil e um.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores António Oliveira e Vicente Batalha.-----

--- **SUBSÍDIOS PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO E ENSINO BÁSICO MEDIATIZADO** – Pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr^a. Maria José Montez, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a informação número quinhentos e oitenta e dois, de seis do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Da análise dos novecentos e setenta pedidos de subsídio para os alunos do Primeiro Ciclo e Ensino Mediatizado, resultou a seguinte proposta: -----

--- **PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO** -----

Escalão	N.º. de Alunos	Total	
		Em \$	Em €
A1	449	4 041 000\$00	20 156,42
A	157	1 177 500\$00	5 873,35
B	141	775 500\$00	3 868,18
Excluídos	216	--	--
Total	963	5 994 000\$00	29 897,95

--- **ENSINO BÁSICO MEDIATIZADO**-----

Escalão	N.º. de Alunos	Total	
		Em \$	Em €
A	6	33 000\$00	164,60
B	0	0\$00	0,00
Excluídos	1	--	--
Total	7	33 000\$00	164,60

--- Perfazendo um total de seis milhões e vinte e sete mil escudos ou trinta mil e sessenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos. -----

--- Em mapas que se anexam é apresentada relação nominal dos pedidos por freguesia, por escola e montantes respectivos a atribuir.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, conceder os subsídios preconizados na informação atrás transcrita.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha. -----

--- **ARRENDAMENTO PRIVADO** – **PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pela Educadora Social, Dr.ª. Sandra Pinheiro, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a informação número quinhentos e quarenta e um, de seis do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Maria Helena Gimenes Nunes, dirigiu-se a este serviço solicitando a atribuição de subsídio para arrendamento de uma habitação na Travessa de Santa Clara número vinte e um em Santarém com uma renda mensal no valor de setenta mil escudos, sendo o proprietário a senhora Maria Piedade Cordeiro Gonçalves, residente em Lisboa. -----

--- Trata-se de um agregado familiar monoparental, constituído pela mãe e três filhos menores. A senhora Maria Helena é requerente de Rendimento Mínimo Garantido, aguardando despacho. -----

--- Devido à precariedade económica do agregado, propõe-se que seja atribuído subsídio no valor de cinquenta mil escudos mensais, durante quatro meses, totalizando um valor de duzentos mil escudos.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no montante de trinta e cinco mil escudos durante quatro meses, a partir de Setembro, a pagar directamente ao proprietário. -----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha. -----

--- **PROJECTO DO PLANO CONCELHIO DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA TOXICODEPENDÊNCIA** – Pela Técnica Superior de Serviço Social Assessora, Dr^a. Elisabete Filipe, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a informação número quinhentos e setenta, de doze do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Conforme é do conhecimento de V. Ex^a., no passado dia cinco de Abril, participei numa reunião promovida pelo Coordenador do Núcleo Distrital do Instituto Português da Droga e da Toxicodpendência Dr. Manuel Luís Brites, que contou com a presença de dois Técnicos dos Serviços Centrais do referido Instituto Dr. Valdemar Reis e Dr^a. Maria José e, como convidados os representantes da Autarquia de Rio Maior e a signatária. ----

--- Teve como objectivo a apresentação da estratégia nacional e Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga e Toxicodpendência – Horizonte dois mil e quatro, procurando pôr em prática as medidas nela preconizadas. -----

--- Constituindo a prevenção um dos objectivos prioritários deste Plano é solicitado às Autarquias presentes que apresentem o Plano Municipal de Prevenção. -----

--- Partindo do pressuposto de que intervir numa linha de prevenção implica a definição de um conjunto de estratégias com o objectivo de promover estilos de vida saudáveis em articulação e participação activa de todos os agentes locais, convidamos todas as entidades/instituições que intervêm na área da Toxicodependência a reflectir e equacionar numa linha de acção que se identifique com as várias sensibilidades e saberes, no sentido de cumprir o objectivo inicial de candidatura ao Programa Horizonte dois mil e quatro. -----

--- Nesta sequência, em dezanove de Abril do corrente ano, realizou-se uma reunião onde estiveram presentes representantes das seguintes entidades:-----

--- Centro de Apoio a Toxicodependentes de Santarém-----

--- Centro de Saúde de Santarém-----

--- Santa Casa da Misericórdia de Santarém-----

--- Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém-----

--- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Santarém -----

--- Instituto Português da Juventude -----

--- Associação Picapau-----

--- Associação Jovens do Ribatejo -----

--- Associação Gilgal-----

--- Polícia de Segurança Pública -----

--- Guarda Nacional Republicana -----

--- Escola Secundária Dr. Ginestal Machado-----

--- Escola Secundária Sá da Bandeira -----

--- Escola Ensino Básico dois, três Ciclo Dom João II – Santarém -----

--- Nesta reunião foi definido: -----

--- Levantamento de necessidades com vista a um pré-diagnóstico -----

--- Delimitação das áreas de intervenção:-----

--- - sendo consideradas como prioritárias as Freguesias de São Nicolau (Combatentes e São Domingos), Salvador (Escola Primeiro Ciclo do Ensino Básico número seis de Santarém – Vale de Estacas), Santa Iria da Ribeira de Santarém e Marvila (Alfange).----

--- - criação de uma equipa para redacção do projecto, que estaria em ligação permanente com as restantes entidades – foram nomeadas as seguintes entidades: Câmara Municipal de Santarém, Centro de Solidariedade e Segurança Social de Santarém, Centro de Atendimento a Toxicodependentes, Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém, Escola Secundária Sá da Bandeira com calendarização de reunião com agentes locais da Ribeira de Santarém e Alfange. ---

--- Em vinte e nove de Maio, a equipa de trabalho reuniu com os agentes locais da Ribeira de Santarém, nomeadamente senhor Presidente da Junta de Freguesia, Professora da Escola do primeiro Ciclo do Ensino Básico e Centro de Dia, Centro Social Interparoquial de Santarém e representante do Rancho Folclórico. Foi definida a duração do projecto (de Setembro de dois mil e um a Dezembro de dois mil e dois), onde contará com duas acções: Escola Primeiro Ciclo do Ensino Básico e comunidade em geral. -----

--- Face ao exposto e do resultado das diversas reuniões da Equipa Técnica acima mencionada, proponho que se apresente ao IPDT – Instituto Português da Droga e Toxicoddependência um projecto do Plano Concelhio de Intervenção, para os próximos dois anos:-----

--- Realizar diagnóstico da situação no concelho, entendido como um projecto de investigação – acção, com base numa parceria activa, com recurso, entre outros, ao trabalho já desenvolvido pelo Conselho Local de Acção Social de Santarém e, mobilização de novos agentes, com especial incidência no Bairro de São Domingos (São Nicolau) e Amiais de Baixo; -----

--- Desenvolvimento de acções de prevenção – projectos locais – ano lectivo de dois mil e um/dois mil e dois, duas acções complementares junto das comunidades da Ribeira de Santarém e Alfange – ficha de actividades em anexo; -----

--- A presente proposta requer que sejam ajustados os mecanismos pertinentes no que respeita ao financiamento e aos Recursos Humanos.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Plano Concelhio a apresentar ao núcleo distrital do Instituto Português de Droga e da Toxicodependência. -----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha. -----

--- **CANDIDATURA NO ÂMBITO DO RECRIA - REGIME ESPECIAL DE COMPARTICIPAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS ARRENDADOS** –

Pelo Engenheiro Civil, Jorge Albergaria do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, foi presente a informação número trezentos e dezasseis, de quatro do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da solicitação de Exm.^a senhora Vereadora da Habitação e Acção Social, procedeu-se à vistoria ao edifício sito na Rua Cidade de Santarém, número vinte e nove Alcanhões, para avaliação das obras necessárias a efectuar no imóvel em causa, no âmbito do Programa RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados.-----

--- Da vistoria efectuada ao local, verificou-se que o edifício apresenta a cobertura em mau estado de conservação, ocorrendo infiltrações de águas pluviais, no interior do edifício.-----

--- A proposta de intervenção, abrange de uma forma genérica, a reparação da estrutura em madeira da cobertura com a substituição de telhas, incluindo reforço estrutural do edifício e substituição de forro interior do tecto. -----

--- Do valor apresentado no orçamento anexo ao processo, considerando a descrição dos trabalhos mencionados, de acordo com os propostos, considera-se que o valor total de dois milhões novecentos e dezanove mil escudos (com IVA incluído à taxa de cinco por cento), equilibrado para as características dos trabalhos a efectuar. -----

--- Na posse de todos os elementos, que fazem parte do processo, integrantes do programa RECRIFA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados, nomeadamente, a renda recebida pela proprietária, o montante das obras a executar, o uso dos fogos e a respectiva situação contratual dos mesmos, procedeu-se ao cálculo das comparticipações.-----

--- Assim, apresenta-se em anexo, listagem do resultado do cálculo efectuado, destacando-se os seguintes dados:-----

Valor global das obras a realizar (c/IVA à taxa de 5%)		2 919 000\$00
Comparticipação da Autarquia		327 038\$00
Comparticipação do I.G.A.P.H.E		1 308 160\$00
Comparticipação total		1 635 198\$00
Valor a suportar pelo proprietário		1 283 802\$00
Renda actual	Fracção 1 – nº. 29	992\$00
Nova renda	Fracção 1 – nº. 29	20 460\$00
Subsídio de renda mensal	Fracção 1 – nº. 29	11 800\$00

--- O subsídio de renda deverá ser requerido pelo arrendatário da fracção sita na Rua Cidade de Santarém, número vinte e nove, Alcanhões, através da Segurança Social, de acordo com o número um do artigo doze do Decreto-Lei número sessenta e oito/oitenta e seis, de vinte e sete de Março.-----

--- Na realização dos trabalhos, anteriormente mencionados na presente informação, deverá o empreiteiro garantir as condições de segurança dos transeuntes e bens, nas zonas limítrofes da execução da obra.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, concordar com a comparticipação da Câmara Municipal, no montante de trezentos e vinte e sete mil e trinta e oito escudos.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Vicente Batalha.-----

-----**TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL**-----

--- Informação número duzentos e oitenta e quatro, de sete do mês findo, do **Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, informando ter-se procedido à rectificação do Caderno de Encargos, referente ao processo de concurso público para construção do edifício da Escola Básica do Primeiro Ciclo de S. Domingos.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico** propondo que a respectiva sede e o espaço destinado à revista “Centros Históricos”, funcionem nas instalações municipais do antigo Palácio da Justiça, antes cedido à EDP - Distribuição Energia, Sociedade Anónima. -----

--- A Câmara tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade concordar. -----

--- Carta da **Candidatura do PPD – Partido Popular Democrata/PSD - Partido Social Democrata**, informando que vai colocar, até ao dia dezassete de Dezembro, uma sede móvel no Largo do Seminário, para divulgação da campanha.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Câmara Municipal de Santarém – Brasil**, remetendo Moção de louvor e felicitações, da autoria do Vereador Geovani Aguiar, pela inclusão da Candidatura de Santarém a Património Mundial.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Universidade Católica Portuguesa**, agradecendo o apoio concedido pela Câmara ao projecto GAS/África – Grupo de Acção Social em África. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta do senhor **Joaquim Pinto**, informando ter pedido demissão do Cargo de Presidente da Direcção da AIDE-HUÍLA - Associação Internacional de Desenvolvimento Empresarial da HUÍLA.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício número duzentos e vinte, de quatro do corrente mês, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que, na sessão ordinária de Dezembro, foi

aprovada a proposta “Primeira fase de requalificação da Margem do Rio Tejo em Santarém/Projecto AL-Margem – Repartição de Encargos”. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo**, convidando a Câmara para uma reunião a realizar no dia treze de Dezembro, em Abrantes, no âmbito do Projecto “Modelos de Gestão de Reabilitação de Centros Históricos”. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português**, dando conhecimento das propostas de alteração apresentadas ao PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Informação número quinhentos e setenta e dois, de vinte e seis do mês findo, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais** efectuando a avaliação dos passeios de idosos em dois mil e um e apresentando a programação para dois mil e dois. -----

--- A Câmara tomou conhecimento e concordou com a programação proposta para dois mil e dois. -----

--- Informação do **Gabinete de Apoio às Freguesias**, propondo a transferência para a Junta de Freguesia de Achete, da verba de dezasseis milhões novecentos e quarenta e quatro mil escudos, acrescido de IVA, no âmbito da ampliação e reforço de duas pontes em Alcaidaria – Estrada Municipal número quinhentos e oitenta e quatro, conforme estabelecido no protocolo de delegação de competências. -----

--- Tomado conhecimento do despacho de concordância do senhor Presidente, emitido em dez do corrente mês. -----

--- Contrato de Factoring apresentado pela Firma **João Salvador, Limitada**. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta do senhor **Issuf Ahmad**, informando que vai cessar as funções de Director-Geral do Património e agradecendo todas as atenções e colaboração dispensadas durante o exercício daquele cargo. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Informação número sessenta e dois, de três do corrente mês, do **Assessor Urbanístico**, Arquitecto Humberto Martinho, relativa à estátua do Santo São Domingos, para a Rotunda no cruzamento da Avenida Nossa Senhora de Fátima, com a Estrada de São Domingos, do seguinte teor: -----

--- “No passado dia trinta de Novembro de dois mil e um, estive no atelier do escultor Armando Ferreira, no Porto, autor da estátua acima referida para verificar a situação dos trabalhos. -----

--- Verifiquei que o modelo, em barro, está concluído, passando-se de seguida à sua execução em bronze.-----

--- Foi-me assegurado que o bronze será colocado no local, em São Domingos, no período entre o Natal e um de Janeiro de dois mil e dois, Ano Novo. -----

--- Para apreciação do trabalho anexo quatro fotografias que mostram a fase actual de modelo. -----

--- Como se pode verificar o autor fez uma interpretação pessoal de São Domingos, retirando-lhe a coroa e dando-lhe um tratamento de pessoa mais pobre, porque, na sua opinião, se adequa melhor ao Santo em causa. -----

--- Na primeira fotografia vê-se o próprio autor com a intenção de se apreciar a escala do trabalho. Assim verifica-se que a estátua tem uma altura de cerca de duas vezes a altura de uma pessoa, altura que o autor considera correcta, tendo em conta a amplitude do espaço que irá receber a peça.-----

--- Quanto à cruz, embora não seja visível na fotografia é intenção do autor fazer um bastão com uma cruz de dois braços.-----

--- Aproveito para referir que o autor insiste em receber uma importância de cerca de cinco milhões de escudos para dar sinal à fundição que irá fundir a peça.” -----

--- Tomado conhecimento e deliberado concordar com o contrato de realização da Estátua do Santo São Domingos para a Rotunda no cruzamento da Avenida Nossa Senhora de Fátima com a Estrada de São Domingos, ficando o mesmo anexo à presente acta (Documento IV), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

----- **INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS SENHORES PRESIDENTE E** -----
----- **VEREADORES** -----

--- Após apreciação dos documentos apresentados à reunião, intervieram para dar conhecimento de diversos assuntos, os seguintes membros da Câmara Municipal. -----

--- **SENHOR PRESIDENTE JOSÉ MIGUEL CORREIA NORAS - UM** – Deu conhecimento das decisões proferidas durante as últimas semanas, de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro. -----

--- **DOIS** – Dia seis de Dezembro – Subscreveu o protocolo de colaboração com o Clube de Ténis de Santarém. -----

--- **TRÊS** – Reuniu-se com o Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho. -----

--- **QUATRO** – Dia sete de Dezembro – Visitou as obras em curso na cidade de Santarém. -----

--- **CINCO** – Reuniu-se com os Directores de Departamento e Chefes de Divisão da autarquia. -----

--- **SEIS** – Reuniu-se com o Consultor da Casa do Brasil/Casa Pedro Álvares Cabral. ---

--- **SETE** – Participou em nova reunião do Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- **OITO** – Reuniu-se com Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Santarém. -----

--- **NOVE** – Reuniu-se com o Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Gestão de Santarém. -----

--- **DEZ** – Participou no Conselho Consultivo da mesma escola. -----

--- **ONZE** – Assistiu à conferência “Os Novos Desafios da Economia”, proferida por Augusto Mateus, antigo Ministro da Economia, numa iniciativa daquele estabelecimento

- de ensino superior. -----
- **DOZE** – Dia oito de Dezembro – Visitou o Pombalinho. -----
- **TREZE** – Associou-se às comemorações do vigésimo primeiro aniversário da Sociedade Filarmónica de Instrução e Cultura Musical da Gançaria. -----
- **CATORZE** – Reuniu-se com o Presidente da Junta de Freguesia da Gançaria. -----
- **QUINZE** – Dia nove de Dezembro – Acompanhou as exéquias de José Jacinto (“José Barrão”), natural da Ribeira de Santarém e figura emblemática das tradições taurinas do Ribatejo. -----
- **DEZASSEIS** – Visitou Alcanede e reuniu-se com a respectiva Junta de Freguesia. --
- **DEZASSETTE** – Dia dez de Dezembro – Recebeu o Gestor do Programa Operacional da Sociedade da Informação. -----
- **DEZOITO** – Presidiu à inauguração do espaço “Espaço Internet”, na Sala de Leitura Bernardo Santareno. -----
- **DEZANOVE** – Visitou a freguesia da Póvoa da Isenta. -----
- **VINTE** – Presidiu à cerimónia de lançamento do livro “A Aventura de Cabral ou A Invenção do Brasil”, da autoria de António Martins. -----
- **VINTE E UM** – Dia onze de Dezembro – Reuniu-se com o Presidente da Direcção da União Desportiva de Santarém. -----
- **VINTE E DOIS** – Reuniu-se com o Presidente da Junta de Freguesia de Casével. ---
- **VINTE E TRÊS** – Dia doze de Dezembro – Visitou a freguesia de Almoester. -----
- **VINTE E QUATRO** – Presidiu a nova reunião interna de coordenação da actividade autárquica. -----
- **VINTE E CINCO** – Reuniu-se com a Junta de Freguesia de Alcanede. -----
- **VINTE E SEIS** – Sob sua proposta, a Câmara aprovou, unanimemente, em minuta os termos da presente acta, para que possa produzir efeitos imediatos. -----
- **VINTE E SETE** – Recordou que a próxima reunião do Executivo Municipal decorrerá dia vinte de Dezembro, às nove horas, nos Paços do Concelho. -----
- **SENHOR VEREADOR VICENTE BATALHA** – **UM** – A comunicação social

divulgou a aprovação das candidaturas a Património Mundial de Guimarães e dos Vinhedos do Douro, pela UNESCO, em Helsínquia, com anúncio para o próximo sábado.-----

--- O “Diário de Notícias” de dez de Dezembro, a páginas quarenta e três, com o título “Guimarães já está em festa”, refere que “Jorge Sampaio vai estar na sessão solene que, assinalará o anúncio do centro histórico como Património da Humanidade. A festa oficial, com pompa e circunstância, realiza-se no dia vinte e dois de Dezembro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Bragança.”-----

--- Quis associar-se à festa de Guimarães, e regozijar-se por Portugal ter mais sítios classificados, motivo de orgulho nacional e de prestígio internacional.-----

--- Lamento apenas que não seja a candidatura de Santarém também a ser anunciada pela UNESCO, em Helsínquia, neste Dezembro do nosso contentamento descontente, para utilizar uma expressão do nosso génio nacional, Luís Vaz de Camões.-----

--- Tal chegou a ser garantido, após sucessivos diferimentos e alterações de calendários, pelos responsáveis da candidatura de Santarém.-----

--- Apoiente, sempre criticamente lúcida da candidatura de Santarém, a Coligação Democrática Unitária, desde o primeiro momento, colocou as suas reservas ao processo, à metodologia, à inversão das opções e prioridades, e por não ver respondidas questões essenciais e estratégias, incluindo as económico-financeiras, acabou por concluir que, a candidatura de Santarém, não deve ser prioridade. A recuperação do património, sim, a sua fruição pela população, sim, o resto, virá por acréscimo, com qualidade, rigor, mais e melhor trabalho. Enceta-se um novo período, a partir desta data, e após o anúncio das candidaturas de quem veio depois, e trabalhou e investiu de forma correcta e participada, (e nada será como dantes), há um antes e um depois.-----

--- Quem autorizou o que autorizou no coração da Mouraria, para que tantas vezes, nesta Câmara chamou a atenção e criticou, e tudo aquilo que, infelizmente, está em desenvolvimento, e é um atentado, é porque não quer verdadeira e sinceramente, que Santarém seja Património da Humanidade.-----

--- Todos os que amam a cidade devem passear pela Mouraria e ver o que ali foi desfigurado, desvirtuado, malbaratado. Há que reconhecer os erros, e fazer como o insigne Bento de Jesus Caraça, estar sempre pronto a corrigi-los.-----

--- Recordou uma máxima de Séneca, que deixou à reflexão de todos os responsáveis, actuais e futuros: “Não há bom vento, para quem não conhece o seu porto.”-----

--- **DOIS** – Quis deixar várias preocupações à Câmara e ao senhor Presidente, neste final de mandato, após tantas vezes aqui ter levantado essas questões ao longo do mandato, duas questões estratégicas:-----

--- **Plano Director Municipal:**-----

--- “Como está o processo da sua revisão? Como está o processo da cartografia digitalizada? Como está o processo, assumido antes da sua aprovação em mil novecentos e noventa e cinco, da revisão dos perímetros urbanos das freguesias? Onde estão as expectativas, então tão artificialmente criadas?-----

--- O Plano Director Municipal tem pais e autores, (Partido Socialista e Partido Social Democrata), tem quem votou a favor (Partido Socialista e Partido Social Democrata), e quem votou contra (Coligação Democrática Unitária) e explicou porquê.-----

--- E ao reler a acta dessa reunião de Câmara de três de Abril de mil novecentos e noventa e cinco, tudo o que se disse se mantém actual, a Coligação Democrática Unitária teve razão no tempo, infelizmente, e dizemo-lo com mágoa. Quem perdeu foi o concelho, cidade e freguesias, globalmente, embora por razões diversas.-----

--- Hoje, parece que todos estamos de acordo, mas não é assim, muito menos, foi assim, há responsabilidades políticas, que não devem ser escamoteadas, antes assumidas.-----

--- **Desenvolvimento Económico:**-----

--- Como estão as Zonas de Desenvolvimento Económico de Santarém, Alcanede e Pernes? Como vai a política de desenvolvimento económico do concelho, realmente? ---

--- Ao reler uma das actas das reuniões de Câmara, onde se discutiu a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes (retrato da desorientação da política municipal), lá está a minha proposta para o agendamento do assunto estratégico num futuro próximo

(acta número cinco/noventa e nove de dezoito de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove). Vale a pena ler. Até à data o desenvolvimento económico nunca foi agendado, mais uma oportunidade perdida. E as Zonas de Desenvolvimento Económico de Santarém, Alcanede e Pernes, estão como estão, um caos. -----

--- **TRÊS** – Uma das interrogações colocadas pela Coligação Democrática Unitária, através do Vereador Madeira Lopes, quando da discussão e votação do Plano Director Municipal, na sua intervenção (reunião de Câmara de três de Abril de mil novecentos e noventa e cinco, acta número onze/noventa e cinco), era a seguinte:-----

--- “E quanto à Quinta do Gualdim, qual o seu destino?” -----

--- Pergunta que continua sem resposta, nem sequer com qualquer tipo de informação a este Executivo Municipal. -----

--- Este é um dos processos negros do nosso concelho e da maioria Partido Socialista, que tem gerido os seus destinos, pelo que retomamos a interrogação, e não falamos de um espaço qualquer: O que se passa com a Quinta do Gualdim? O que se prepara para aquele espaço, sem destino, ou com destino?-----

--- **QUATRO** – Chegou ao meu conhecimento uma carta datada de quatro de Dezembro de dois mil e um, dirigida ao senhor Presidente da Câmara, plena comissão instaladora da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica do primeiro ciclo, número três de Santarém, sobre a Escola Primária dos Combatentes.-----

--- A situação descritiva é preocupante e lamentável, tanto mais que, como é referido, “Há mais de cinco anos que foi realizado um projecto de melhoramento das instalações ao abrigo de um plano centenário. Em relação a esse projecto muito pouco foi realizado.”-----

--- Que respostas concretas tem a Câmara Municipal de Santarém a dar à Comissão Instaladora da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola dos Combatentes, e aos pedidos insistentes de intervenção e colaboração, referidos na carta em apreço. São essas respostas concretas, que eu gostaria de ouvir, para resolver os inúmeros problemas ali existentes, conhecidos e diagnosticados. -----

--- Na sequência da intervenção do senhor Vereador Vicente Batalha, o **senhor Presidente** informou que, amanhã, irá entregar o último dossier da Candidatura junto da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.----

--- Frisou que o trabalho de Guimarães, neste âmbito, já dura há cerca de vinte anos e a sua inclusão na lista indicativa é bastante mais antiga que a de Santarém.-----

--- Deu conhecimento das novas medidas tomadas pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura relativamente à apresentação das candidaturas.-----

--- **SENHOR VEREADOR HERMÍNIO MARTINHO** – **UM** – No dia sete de Dezembro, à tarde, deslocou-se, acompanhado do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, a Pernes, para uma visita ao Rio Alviela. -----

--- Embora a qualidade da água tenha melhorado bastante é desolador verificar que em certos troços do Rio não é possível passar.-----

--- Referiu não ter sido detectada qualquer fonte activa de poluição do Rio, todavia agradeceu ao Grupo de Amigos do Alviela o esforço e empenho que tem tido no sentido de melhorar as condições do Rio.-----

--- Dado que este assunto não é da responsabilidade da Câmara Municipal, referiu que irá fazer chegar junto das entidades competentes, as medidas a tomar tendo em vista as melhorias necessárias no Rio Alviela. -----

--- **DOIS** – Referiu que, em cumprimento da deliberação da Câmara, havia sido retirada toda a propaganda colocada nas árvores, com excepção da propaganda eleitoral, relativamente à qual não foi possível accionar este mecanismo, face à legislação em vigor.-----

--- **TRÊS** – Assistiu ao jogo internacional de Footsal entre Portugal e a Bélgica, no Pavilhão Desportivo de Amiais de Baixo.-----

--- **SENHOR VEREADOR BOTAS CASTANHO** – **UM** – Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras, no período de sete a onze do corrente, e constantes do Edital número duzentos e quarenta e oito/dois mil e um. -----

--- **DOIS** – Dia um de Dezembro – Presidiu à reunião extraordinária do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- **TRÊS** – Dia onze de Dezembro – Participou numa Conferência de Imprensa conjunta com representantes da Escola Superior de Gestão e do Instituto do Consumidor e com a Conselheira de Consumo do CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, realizada na Casa do Brasil, para dar a conhecer a criação do Observatório do Consumo do Concelho de Santarém, bem como os seus objectivos e planos de acção.

--- **QUATRO** – Dia doze de Dezembro – Deslocou-se a Pernes para visitar as obras em curso de colocação de uma antena da Rádio Pernes no Reservatório de Água da Chã de Baixo e construção de uma caseta destinada a instalar os respectivos equipamentos de apoio, nos termos de um protocolo de cooperação celebrado entre a Rádio Pernes e os Serviços Municipalizados. -----

--- **SENHORA VEREDORA MARIA DA GRACA MORGADINHO** – **UM** – Dia sete de Dezembro – Esteve presente, em representação do senhor Presidente, na cerimónia do acto de posse dos corpos gerentes da Associação de Futebol de Santarém, para o quadriénio dois mil e dois – dois mil e seis e que decorreu, com larga participação do movimento associativo do distrito, no Hotel Coríntia, em Santarém. -----

--- **DOIS** – Participou no jantar que o Clube de Ténis promoveu, espaço de encontro de praticantes e respectivos familiares, dirigentes, demonstrativo de que o Clube tem crescido, tem ganho novos adeptos da modalidade e novo alento, graças ao esforço e enquadramento dos seus actuais dirigentes. -----

--- **TRÊS** – Dia oito de Dezembro – Esteve presente em representação do senhor Presidente da Câmara, na reunião do Conselho Geral da Fundação Passos Canavarro que decorreu no Hotel Coríntia, em Santarém. -----

--- Durante esta reunião foi analisada a actividade da Fundação durante o ano de dois mil e um e apresentado o projecto de actividades para o ano de dois mil e dois. -----

--- Realçou o envolvimento da Fundação em projectos estruturantes da Câmara Municipal de Santarém, sob o ponto de vista cultural dos quais salientou o facto da

Fundação Passos Canavarro ser apoiante do FIMS – Festival Internacional de Música de Santarém, ser sócio fundador da Orquestra de Câmara Pedro Álvares Cabral, bem como o facto de ter subscrito o protocolo que o envolve, como a outras entidades, na Candidatura de Santarém a Património Mundial, como paisagem cultural. -----

--- O senhor Dr. Pedro Canavarro solicitou que transmitisse ao Executivo Municipal na pessoa do seu Presidente da Câmara José Miguel Noras, o apreço que como Presidente da Fundação tem pelo trabalho realizado durante o seu mandato. Foi sem dúvida um mandato que pela sua acção valorizou Santarém, nomeadamente na área da cultura, desejando que o próximo executivo possa fazer, se não melhor, pelo menos um trabalho de mérito equivalente ao que o senhor Presidente realizou. -----

--- **QUATRO** – Esteve presente no espectáculo que o CITAC de Coimbra trouxe à Igreja da Graça “Aqui, do lado de Cá” – a História Trágica de Pedro e Inês”. Lamentou que o público de Santarém não tenha comparecido em maior número para receber este prestigiado grupo de Teatro de Coimbra que, mais uma vez, naquele espaço grandioso, nos apresentou uma aposta teatral interessante sobre um tema que é também caro a Santarém, porque a História também liga a cidade à memória dos amores trágicos de Pedro e Inês, sobretudo à vingança de Dom Pedro sobre os que a assassinaram. -----

--- **CINCO** – Dia dez de Dezembro – Esteve presente na inauguração do Espaço Internet, em Santarém, na Sala de Leitura Bernardo Santareno, com a presença do gestor do POSI. -----

--- **SEIS** – Dia onze de Dezembro – Deslocou-se ao Pavilhão Desportivo de Amiais de Baixo, onde assistiu ao jogo internacional de Footsal entre Portugal e a Bélgica, que decorreu naquela localidade, tendo a selecção de Portugal saído vencedora por três – zero. -----

--- **SETE** – Dia doze de Dezembro – Também no âmbito deste Torneio Internacional de Footsal, deslocou-se a Salvaterra de Magos, onde a Câmara Municipal de Salvaterra e a sua Presidente, ofereceram o almoço oficial do Torneio de Footsal, onde estiveram presentes a Federação de Futebol Português, o Presidente da Federação de Futebol

Belga, o Director da Federação de Footsal Belga e a Associação de Futebol de Santarém, sublinhando esta parceria com as Câmaras, no âmbito de uma modalidade que se pretende incrementar.-----

--- Congratulou-se pela grande adesão do público dos Amiais de Baixo a esta iniciativa, a população encheu por completo o Pavilhão criando assim um óptimo enquadramento para a vitória da equipa da nossa selecção nacional.-----

--- **SENHORA VEREADORA DUNIA PALMA** – Por não ter estado presente na reunião de seis de Dezembro, em virtude de se encontrar, na cidade da Maia, a participar no Forum do Serviço de Prevenção e Tratamento de Toxicodependência – Cultura e Dependências, ir-se-á reportar a vinte e oito de Novembro para referir as situações de interesse do Executivo Municipal.-----

--- **UM** – Dia vinte e oito de Novembro - Nos Serviços Municipalizados de Santarém participou na cerimónia de lançamento da obra “Heráldica do Município de Santarém” que foi coordenada pela Dr.^a Estrela Branco.-----

--- **DOIS** – Dia vinte e nove de Novembro – Recebeu, nos Paços do Concelho, da Instituição Particular de Solidariedade Social da Amadora – O Vigilante, para equacionar a adaptação da comunidade terapêutica da Fonte da Pedra a Centro de Acolhimento de Menores. Para esta reunião foi convidado um elemento do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social – Dr.^a Maria Amália Morgado, porque qualquer alteração de uso irá interferir nos protocolos a celebrar com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social.-----

--- **TRÊS** – Esteve na Rádio Pernes para divulgar as actividades a levar a cabo no distrito, na semana de três a sete de Dezembro, para assinalar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.-----

--- **QUATRO** – Na Escola Dom Manuel I, em Pernes, acompanhou a abertura das acções de formação aos professores do Primeiro Ciclo na área da informática e na sequência da adesão da Autarquia ao programa “Internet nas Escolas”.-----

--- **CINCO** – Dia um de Dezembro – Acompanhou a visita a Santarém da Dr.^a Vera

Tostes, Presidente do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.-----
--- **SEIS** – No Centro Cultural Regional, esteve na inauguração da exposição de pintura de António Figueiredo.-----
--- **SETE** – No Instituto Português da Juventude, assistiu ao concerto comemorativo do centenário da Banda de Santarém, através da sua Orquestra Ligeira sob a direcção de Marco Paulo Silvestre. -----
--- **OITO** – Dia dois de Dezembro – Preparou, com o júri do concurso para selecção de Educador Social, a prova do mesmo.-----
--- **NOVE** – Dias três e quatro de Dezembro – Em Castelo Branco, no Centro de Formação Profissional, assistiu à cerimónia de entrega de Prémios de Mérito às empresas empregadoras de Pessoas com Deficiência. -----
--- **DEZ** – Participou no seminário que assinalou o “Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”, e registou a presença do senhor Presidente da República além do senhor Ministro do Trabalho e Solidariedade e Secretário de Estado da Acção Social.-----
--- **ONZE** – Dia cinco de Dezembro – Presidiu o júri de selecção de Educador Social, provas escritas e entrevistas. -----
--- **DOZE** – Integrou a mesa de abertura do primeiro Encontro de Cursos de Animação Cultural na Escola Superior de Educação de Santarém. -----
--- **TREZE** – Participou na reunião ordinária da Comissão Local de Rendimento Mínimo Garantido.-----
--- **CATORZE** – Participou, a convite da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, no jantar de Natal, tradicionalmente oferecido às entidades parceiras. -----
--- **QUINZE** – Dia dez de Dezembro – Na Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém, participou na reunião de parceiros na sequência do sucesso da candidatura ao Programa EQUAL. -----
--- **DEZASSEIS** – Na Sala de Leitura Bernardo Santareno, assistiu à abertura do Espaço Internet que registou a presença do Gestor Operacional da Sociedade da Informação, Professor Pedro Veiga.-----

ACTA Nº. 32/01
Reunião de 13 de Dezembro de 2001

--- **DEZASSETE** – Dia onze de Dezembro – Recebeu um munícipe, no âmbito de processo do contra-ordenação número cento e cinquenta e sete/dois mil e um.-----

--- **DEZOITO** – Participou, na Fundação Andaluz, numa reunião para definir os pormenores do dia dezasseis de Março de dois mil e dois, ano em que se comemoram os cento e vinte e cinco anos do nascimento da Madre Luíza Andaluz. -----

--- **DEZANOVE** – Dia doze de Dezembro – Recebeu um munícipe para declarações referentes ao processo de contra-ordenação número cento e cinquenta e dois/dois mil e um. -----

--- **VINTE** – Participou na Assembleia de Escola número oito – Leões, em Santarém. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- _____

----- **OS VEREADORES** -----

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

ACTA N.º 32/01
Reunião de 13 de Dezembro de 2001

196

--- _____

--- _____

--- _____